

MCA, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Transvaal*, Caixa Azul Envelopes 15, 16, 18 e 20.

MCP, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Amathongas*, Caixa Preta 30 1-5.

MCP, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Swazilândia* Caixa Preta 31 1-3; 32 1-3.

MCP, *Moçambique: Fronteira Lourenço Marques – Transvaal*, Caixa Preta 33 1-3; 341-2.

#### Outras referências

ALMADA, José de (1943) – *Tratados Aplicáveis ao Ultramar*, vol. V, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

BRITO, Bernardo Gomes de (1735) – *Histórica Trágico – Marítima*, Lisboa.

MATOS, Luís de (1964) – “As fronteiras de Moçambique”, *Moçambique: curso de extensão universitária. Ano lectivo 1964-65*, Lisboa, ISCPU, pp. 37-76.

MACHADO, Joaquim José (1886) – *De Lourenço Marques a Pretória*, Comunicações à Sociedade de Geografia de Lisboa, nas sessões de 9 e 16 de Novembro e de 2 e 14 de Dezembro de 1885, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, p. 124.

MACHADO, Joaquim José (1889a) – *Maputo-Lourenço Marques-Mossamedes*. Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa, na sessão de 1 de Abril de 1889. Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, p. 59.

MACHADO, Joaquim José (1889b) – *Fornecimento de Armas aos Matabeles – Zambézia britânica e o território dos Swazis*, Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa, na sessão de 11 de Novembro de 1889. Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, p. 33.

LOBATO, Alexandre (1961) – *Quatro estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques*, Estudos Moçambicanos, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.

ROQUE, Ana Cristina (2009) – “Rethinking Borders in South Mozambique”. Comunicação apresentada à *ABORNE Conference on How is Africa Transforming Border Studies?* Johannesburg, 10-14 Set. de 2009. Disponível em [http://iict-pt.academia.edu/anaroque/Papers/719656/Rethinking\\_Borders\\_in\\_South\\_Mozambique](http://iict-pt.academia.edu/anaroque/Papers/719656/Rethinking_Borders_in_South_Mozambique) (acesso Junho de 2011).

ROQUE, Ana Cristina (2010a) – “Sources for the History of the Southern Border of Mozambique: Preliminary results of a project on the archives of the Portuguese Commission of Cartography”, *Journal of Borderlands Studies*, 25.2, 2010, pp. 77-93.

ROQUE, Ana Cristina (2010b) – “Disputing Borders: The case of Mozambique-Thongaland Border (19<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> century)”. Comunicação apresentada à 8<sup>th</sup> European Social Science History Conference, Ghent 13-18 de Abril de 2010. Disponível em <http://www2.iisg.nl/esshc/programme.asp?selyear=10&pap=7683> (acesso Junho de 2011).

## A actual província do Niassa e o vale do rio Chire na 2.<sup>a</sup> metade do séc. XIX. Contextos africanos e imperiais e as expedições de Serpa Pinto nesta região

Eduardo Medeiros\*

p. 113-149

Quando Serpa Pinto e os seus companheiros iniciaram em 1877 a expedição<sup>1</sup> que finalmente partiu de Benguela, e no interior de Angola, no Bié, o cidadão de Cinfães assumiu por conta e risco continuar solitário a viagem pelo interior africano, vivia-se já um complexo problema social e político no vale do rio Chire e nas margens do lago Niassa.

Mais que a presença efectiva dos agentes europeus que se fazia sentir na região, foram sobretudo relevantes as transformações económicas e recomposições dos espaços sociais e políticos das comunidades locais, aliás, em curso desde há mais de meio século e que continuariam a está-lo até à ocupação colonial no final da centúria e começo da seguinte. Digamos que desde a passagem pela zona dos «pombeiros» (de Silva Porto em 1854), até à expedição de 1889/90, que deu origem ao *Ultimatum* inglês dirigido à governação portuguesa, houve vários processos sociais em toda esta região, sobre a qual iriam incidir expedições europeias ditas científicas, principalmente britânicas, e a subsequente conquista colonial com vista a uma economia de plantação na zona e uma reserva de mão-de-obra para a economia colonial.

Destes processos vou escrever resumidamente sobre quatro: 1. *Recomposições sociais e culturais no vale do Chire e no Niassa*; 2. *O novo giro comercial*; 3. *A permanência do tráfico de escravos e do comércio do marfim*; 4. *As explorações «científicas» e o posicionamento europeu para a ocupação colonial*.

\* Universidade de Évora.

<sup>1</sup> Em finais de 1877, Serpa Pinto integrou com Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens a expedição autorizada e subsidiada pelo ministro português do Ultramar, José de Melo Gouveia, que deveria percorrer o sertão até à contracosta. Por razões cuja invocação saiem do âmbito deste artigo, Serpa Pinto separou-se dos seus companheiros no Bié (onde estava Silva Porto) e rumou com o seu próprio séquito em direcção a Leste, guinando mais à frente para Sul, rumo ao Calaári, ladeando o lago Makarikari, para chegar a Pretória, e depois a Durban, a 19 de Março de 1879. Depois desta viagem e das honrarias que lhes prestaram, foi nomeado Cônsul de Portugal no Sultanato de Zanzibar. Aqui, deu-se conta da eferescente actuação britânica, e em menor escala da dos alemães na corrida para o interior da África Oriental e Central, e da dos franceses para as Ilhas do Oceano Índico Ocidental.

## 1. Recomposições sociais e culturais no vale do Chire e no Niassa

Desde o final da década de 1830 uma confluência de factores deu origem a mudanças políticas, económicas e culturais de importância considerável em toda a região do Chire e na actual província do Niassa. Foram eles a intensificação do comércio de escravizados, as grandes secas na região, as guerras entre e contra os potentados supra Prazos que entretanto se haviam formado (e que alguns historiadores costumam designar por *Estados Secundários* da Zambézia)<sup>2</sup>, a presença de guerreiros *angunes* (*vanguni*), a emigração em grande número de agricultores *lómue* (e na particularidade *lolo*) e *ajaua* (das actuais províncias da Zambézia e do Niassa) para as terras do Chire e do Ruó, a expansão do Islão entre os *ajaua*, e a fixação de *cololos*<sup>3</sup> e respectivo séquito a partir de 1856 a oeste da foz do rio Ruó.

Começamos primeiramente por afirmar que o fundo populacional das margens dos Lagos, dos rios Chire e Ruó, prolongando-se para oriente até à nascente do rio Lúrio<sup>4</sup>, e para ocidente por todo o centro e do sul do actual Malauí e norte da província moçambicana de Tete, na sua variante cheua, era, de há mais de três séculos, composto maioritariamente por populações de língua cheua/nianja (*xinianja*<sup>5</sup>, dita *xicheua* oriental), com uma cultura muito homogénea. Os nianjas (*wanianja*) são agricultores cujas unidades de produção e reprodução sociais se constituíam em torno de segmentos das matrilineagens, que estavam elas subordinadas a chefes regionais e estes a vários reinos. Mas a pesca nos rios e nos lagos Niassa, Amaramba, Chiuta, Chirua<sup>6</sup> era também uma actividade muito importante. Na época do trato do marfim foram grandes caçadores, e na terra dos manganjas (*nianjas* daquém-Chire) trabalhava-se o ferro e produziam tecidos de algodão - as famosas *machilas* - que alimentavam o comércio de longa distância.

A palavra *wanyanja* significa na língua *xiceua*, «os da borda-d'água», exactamente a mesma significação que *wanyasa* em *xiyao*. As palavras *nyanja* e *nyasa* referem nestas duas línguas “uma grande massa de água”, pelo que, como sucede quase sempre em África, os povos que habitavam a região foram designados por epónimos relativos a essas referências. Os próprios, só muito mais tarde adoptaram para si esses nomes. Outrora, os *nianjas*, os *cheuas*, os *manganjas* e os *nsenga*, todos aparentados linguística e culturalmente, ao conjunto dos quais os portugueses chamaram *maraves*, estavam politicamente organizados em reinos prestigiosos que eram dirigidos por

notáveis dinastias, das quais se destacaram a dos *caronga*, *rundo* e *undi* (ou *lundu*)<sup>7</sup>. É este último reino que mais interessa à história da região do Chire que estou a tratar, e foi dos *nianjas* propriamente ditos que saíram linhagens que povoaram as terras baixas da margem oriental do lago Niassa (na actual província moçambicana do mesmo nome).

Em todos os reinos *maraves* o padrão das chefias territoriais estava enraizado nas estruturas de linhagens matrilineares e nos cultos da chuva e dos espíritos mediúnicos *mboa* (*jibóia*) dominados pela aristocracia dominante.

Os territórios dos reinos estavam divididos em unidades político-administrativas chamadas províncias, à frente de cada uma governava um *mambo*, por sua vez as províncias estruturavam-se em distritos chefiados por fumos (*afumu* ou *amwini dzico*) e, por último, os distritos com territórios autónomos de numerosas chefaturas que agrupavam a maioria dos seus membros em aldeias, à frente das quais se encontravam fumos menores, os *amwini amudzi*, na prática, chefes eles próprios dos segmentos locais das linhagens a que pertenciam. A hierarquia ascendente terminava no rei *caronga*, *rundo* ou *undi* (*lundu*). Os *nianjas* do Chire, como aliás os restantes *maraves* da região e de todo o norte de Moçambique estavam de facto divididos em numerosas chefaturas, das quais devemos salientar para a época e para os *nianjas* do actual território moçambicano do Niassa, a dos chefes Chitesi (nome dinástico), a norte do território do Niassa, englobando a ilha Likoma, a dos chefes Masumba (ou Msumba, nome dinástico), ao centro, de um e do outro lado da fronteira com o Niassalândia, e a dos Mkolosi (também nome dinástico), no sul, em Metangula e Mangoche.

Mas por causa do tráfico de escravizados e das incursões predadoras dos negreiros do vale do Zambeze e do Niassa, as estruturas políticas supra-linhageiras não conseguiram sobreviver, e no início da segunda metade do século XIX já estavam em profunda decadência. Os reinos *calonga* ou (*caronga*), *undi* e *lundu* ou (*rundu*) viram-se reduzidos a pouco mais que nomes. Na época que estou a tratar, e no território que esteve subordinado ao reino *lundu* subsistiam apenas alguns distritos mais ou menos independentes.

Os *maraves* (no seu todo) foram durante o século XIX, objecto de constantes incursões predatórias de *chicundas*<sup>8</sup> ao serviço dos senhores dos Prazos, de chefes negreiros *ajaua*, da invasão de guerreiros *angunes* vindos do sul, acabando alguns destes invasores por se fixar definitivamente nas suas terras (Rita-Ferreira, 1982, p. 267). O território foi também a terra prometida de milhares de emigrantes cultivadores das terras altas do Niassa ocidental de idioma *xiyao*, de camponeses de falares macua (*emakhuwa*) e *lómue* (*elómuè*) das terras baixas do Niassa, do distrito de Moçambique (hoje Nam-pula) e da Zambézia, e, depois de 1856, da fixação de pouco mais de duas dezenas de *cololos* e sua gente, dos quais voltarei a falar. E por fim, dos colonos europeus.

Vou referir sumariamente cada uma destas incursões no “mundo” *marave*. Começando por uma nota prévia para assinalar que a norte do rio Zambeze o fundo populacional dos “estados zambezianos” de Massingire (Massinjir) e da Macanga era *marave*. Mais *cheua* menos *nianja*, mas *marave*. Embora, pela própria natureza escravocrata destes “estados”, muita gente que compunha a população nestes territórios políticos era mes-

<sup>2</sup> A Zambézia em meados do século XIX, (isto é: todo o vale do rio Zambeze, a norte e a sul, da foz ao Zumbo, e quase toda a actual província da Zambézia) encontrava-se dividida em cinco grandes territórios políticos, cujas chefias levavam a cabo um sem-número de *vendettas* sangrentas e inconclusivas, ao passo que os respectivos cativos-guerreiros, os *chicundas*, se ocupavam da caça com vista a obter marfim, ao mesmo tempo que iam capturando pessoas nas terras que se estendiam para lá das suas, e não só (Newitt, 1997: 245).

<sup>3</sup> Escrevo em português *cololos* (singular: *cololo*); nos idiomas locais ou nas versões anglosaxonizadas muito do agrado dos académicos lusos poderá encontrar-se (*kololo*, plural: *makololo*). O aporreguesado *macololos* é em princípio um erro de duplo plural: o (a) banto e o (s) português. Mas há gramáticos que dizem que não é erro algum. Sobre estes *cololos* ver mais adiante.

<sup>4</sup> Durante a ocupação da *Companhia do Nyassa* (1891-1929) e mesmo posteriormente, os nianjas foram sendo substituídos pelos *lómues* no alto Lúrio e terras que contornavam o lago Amaramba.

<sup>5</sup> Também aqui mais um preciosismo anti norma saxónica: nessa literatura que se diz padrão das línguas banto é usual encontrar *cinianja*, sendo que o *ci* se deverá ler *txi*, prefiro usar o português de Moçambique *xi* em vez de *ci*, e por preguiça em vez de *txi*.

<sup>6</sup> Sobre os nianja da zona do Lago Chirwa ver O'Neill, 1884, pp. 719, 725-6; Alberto, 1947, 2.ª versão, Medeiros, 1981.

<sup>7</sup> Sobre os reinos *Maraves* há uma vasta literatura. Destaquemos: Newitt, 1982, pp. 145-162. Rita-Ferreira, 1966. Sobre os nianjas do Lago Niassa, Mazula, 1962. Stuart, 1985. Liesegang, 1992, pp. 37-65; Phiri, 1988, pp. 1-29.

<sup>8</sup> *Chicundas* (*atixikunda*) eram os cativos guerreiros dos Prazos da Zambézia.

tiçada. E neles, os cativos-guerreiros, ditos *chicundas*, não só cobravam os tributos impostos aos cultivadores por intermédio das respectivas cadeias linhageiras, como também escravizavam muitos dos súbditos nos próprios senhorios e gente de além fronteiras. E por causa destas sucessivas incursões em território alheio e tentativa do controle dos circuitos negreiros e do marfim, foi frequente a guerra entre esses “estados”, e entre todos eles e os portugueses. Recordo desde já que Serpa Pinto, quando jovem, participou numa dessas campanhas guerreiras, a dos portugueses, na 2.ª campanha militar contra o Bonga de Massangano, em 1869, mas como técnico, para avaliar a rede hidrográfica e a topografia local.

### Os ajaua (ayao) do Niassa

Os *ajaua* (*ayao*, singular: *yao*, língua *xiyao*)<sup>9</sup> tornaram-se um grupo etnolinguístico predominante na zona planáltica e montanhosa entre o Lago Niassa e o rio Lugenda, chegando até Meponda, e nalgumas zonas, nessa época, até à proximidade do Lago. O coração do território *ajaua* situa-se entre o Rovuma, a norte, o Lugenda, a leste, o Luambala, afluente do Lugenda, a sul, e o Lucheringo, afluente do Rovuma, a oeste. Nestas terras constituiu-se uma sociedade específica com notáveis ferreiros e caravaneiros que iam até ao litoral Índico para comerciar marfim e também escravizados. A dada altura da sua história, essas comunidades passaram a ser designadas por *ayao* (singular: *yao*) pelos estrangeiros (no sentido de: os que vieram dos montes Yao), e pelos próprios: *wayao*: “nós os de Yao”. A designação portuguesa, inglesa e suaíli a partir destes vocábulos deu origem a múltiplas e fantasiosas grafias e outros vocábulos mais a despropósito. Os seus diferentes grupos (cada qual com o seu epónimo, e isso é que contava) dividiram-se em poderosas chefaturas de capturadores e negociantes de gente. Os principais chefes adoptaram o Islão, o que lhe permitiu a clivagem fundamental entre o «nós», crentes, e os «outros», bárbaros ou selvagens, bons para dominar ou mandar escravizar. Com a conquista colonial, o Islão tornou-se rapidamente a religião (de refúgio) da grande maioria dos *ajaua*<sup>10</sup>.

Os *ajaua* eram, como todos os outros povos da região, agricultores experimentados, numa região riquíssima, de colinas férteis, que podia alimentar muita gente vivendo em grandes aldeias<sup>11</sup>. Para além de agricultores, em cuja actividade as mulheres desempenhavam o papel principal, os homens eram caçadores de elefantes, metalurgistas do ferro<sup>12</sup> e comerciantes de longa distância de marfim, escravizados, armas, pólvora, sal, panos e outras mercadorias apetecidas no sertão.

Com a conversão ao Islão, a maioria dos chefes *ajaua* (*ayao*) passou a ser designada por “sultão” ou *sheik* com o epíteto *che*. Os mais notáveis e conhecidos pertenciam às dinastias Mataka, Metarica (Mtarica ou Ntarika), Makanjila, Mponda, Macemba,

Kawinga, Jalasi e Matipwiri.<sup>13</sup> São chefes provenientes destas dinastias que encontramos ao longo do período aqui tratado e que resistiram (e nalguns casos colaboraram) à invasão dos seus territórios por *angoni*, *cocolos* e europeus, como se verá.

Na época sobre a qual incido o meu trabalho, mais concretamente por volta de 1858, os *ajaua*, como a maioria dos povos da região, estavam diferenciados em grupos regionais sem que o conjunto desses grupos tivesse um governo centralizado (e se reconhece até como uma auto-reconhecida identidade étnica). Os principais eram designados pelos etnónimos seguintes: *Achimngango* (ou *Wamwela*), *Achingoli*, *Amachinga*, *Amasanninga*, *Amakale*, *Amalambo*, *Chisi*, *Wambemba*, *Wamkula* e *Wanjese*. E nessa época, já havia pequenos núcleos de comerciantes *ajaua* instalados ao longo das rotas comerciais no actual Malauí, junto à fronteira, a norte do rio Rovuma, e nas terras de Balama, em Cabo Delgado, na rota de Quissanga, na proximidade do chefe macua mêtô Mwalia (nome dinástico).

Mas a grande dispersão de gente de muitas comunidades fez-se por causa das secas e por causa dos ataques dos *angunes maseko*, desde 1850, e dos *macua-lolo* e *macua-mêto*, um pouco mais tarde (Phiri, 1984, pp. 157-176). Emigrações essas que continuaram no período seguinte (já de ocupação colonial). A movimentação massiva das populações para os territórios da *Companhia do Nyassa*, do Niassalândia e do Tanganica está associada neste último período aos maus-tratos, arbitrariedades e obrigação do pagamento do imposto de palhota. Segundo Ivala (1993, pp. 53 e ss.), a conquista militar parece ter precipitado um processo de migrações que se iniciara com a formação de unidades políticas extra-linhageiras, relacionado com a actividade mercantil que envolveu não só os recursos naturais como também, e principalmente, o tráfico de escravizados do período anterior. A continuidade étnica entre o norte e o sul do rio Lúrio, a que se refere Pélissier, resultou de um povoamento de ambas as margens daquele rio por facções das mesmas linhagens, ocorrido principalmente no século XIX. Aponta-se o caso dos chefes Múwa e Nkwhapa que constituíram grandes chefaturas nos actuais distritos de Maúa e Cuamba, e cuja origem recente se refere às terras de Malema. Estes e outros migrantes deixaram familiares atrás de si; este facto facilitou a fixação posterior dos retardatários, quando se viram confrontados com os portugueses (Ivala, 1993, pp. 53 e ss.).

Segundo Amaral (1990, p. 49), um outro grupo *yao*, o dos *amangoce*, foi expulso dos montes Mangoce pelos *amachinga* e refugiou-se no actual Malauí, a sul de Zomba e na região da antiga Blantyre. Houve *amasanninga* que se fixaram a sul de Domira Bay, na margem ocidental do Lago, tendo sido comandados pela “rainha” Kuluunda, da linhagem de *Che Makanjila*. Houve *amacinga* que seguiram pela margem meridional do Lago e se fixaram a sul de Lilongwe-Lintipe. O grosso do grupo *amasanninga*, comandado pelo seu chefe, ocupou a margem oriental do Lago, mas no Malauí.

Os *ajaua* que demandaram o actual Tanganica fizeram-no em três períodos distintos: em 1850 houve *ajaua* que se estabeleceram Masasi, Chiwata, Nevala, Tunduru, Mikindani e Kionga (tudo lugares – e nomes – que serão muitos anos mais tarde o de bases de guerrilheiros da Frelimo). Dois outros grupos foram conduzidos por *ngunes* (*angoni*) para Songea numa época posterior àquela data. Finalmente, já na centúria

<sup>9</sup> Para esta síntese sobre os *ajaua* consultámos Abdallah (1973, 1983); Alpers, 1969, pp. 405-420; Amaral, 1990, pp. 45-56; Liesegang, 1993; Peirone, 1967; Rita-Ferreira, 1975, pp. 233 e ss.; e Wegher, 1995, 1.º Volume, pp. 63-132.

<sup>10</sup> Vide o meu livro *Lua Crescente* sobre o impacto do Islão nas formações do Norte de Moçambique, em vias de ser publicado pela Afrontamento.

<sup>11</sup> Sobre a “tradição urbanística” no norte de Moçambique no século XIX, vide Liesegang, 1984, pp. 169-184.

<sup>12</sup> Sobre a produção e trabalho do ferro entre os cultivadores moçambicanos de língua banto vide Medeiros, 1991, e na província do Niassa em particular, Liesegang, 1991.

<sup>13</sup> Alpers (1969, pp. 413 e ss.) analisa o aparecimento e o poder dos Mataka. Phiri (1984, pp. 59-60) lista as dinastias Mataka, e Makanjila, Liesegang (1993, Cap. III) e Rita-Ferreira (1975, pp. 233 e ss.) dissertaram sobre os grupos *ajaua* no seu todo.

seguinte, por volta de 1912, um outro grupo estabeleceu-se no alto do rio Lukuleli, no distrito do Lindi. Mas houve ainda pequenos grupos de *ajaua* que se instalaram perto do Monte Njaro, em Rufiji, Dar-es-Salam e Tabora.

O *ciyao* é por isso falado na parte oriental do Malauí e no sul da Tanzânia. Há quem afirme que a língua *cimwera*, falada no sul da Tanzânia, não longe da costa, é parente próxima do *ciyao*.

A vizinhança dos *wanianja* e dos *wayao* tem determinado uma certa fusão local entre os dois grupos, sucedendo que pelo menos dois regulados nianja, o de Cóbue e o de Metangula, têm chefias ajaua, o Mataka de Cóbue e o Ngaúnge de Metangula, respectivamente (Amaral, 1990, p. 35).

Os mais importantes chefes *ajaua* foram grandes fornecedores de escravizados para os mercados de Quelimane, Angoche, Mossuril/Ilha de Moçambique, Lúrio, Quissanga/Ibo, Tungué, e para os mercados zanzibaritas a norte do Rovuma, Kíwa, Zanzibar, Mikindani, etc. Uma das rotas *ajaua* dirigia-se para o vale do Zambeze e, em particular, para Quelimane; outra seguia pelo vale do rio Lugenda até à sua confluência com o rio Rovuma e orientava-se depois em direcção ao litoral zanzibarita, na zona costeira de Kíwa, onde havia dois entrepostos comerciais: Kíwa-Kivinje e Kíwa-Kisawani; uma terceira rota passava além Lugenda pelo país dos macua-mêto, e, entre Namuno e Montepuez, bifurcava para Quissanga e outros portos do litoral de Cabo Delgado, incluindo para Pemba, Mecúfi e Lúrio e, para o rio Lúrio, que atravessava um pouco antes de Ocua, dirigindo-se para o Mossuril, diante da Ilha de Moçambique.

Alguns destes chefes *ajaua* tinham-se instalado no sul do lago Niassa, na região de Mangochi, ou vale do rio Chire, como Matipwiri, por volta de 1860. Destas emigrações, que se estenderam ao longo de vários decénios, notabilizaram-se as comunidades de Mponda e Tambala (1840), Makanjila (1850), Pomba (1860) e Kazembe (1880). Os *ajaua* emigraram por causa dos efeitos da seca e da fome, e também dos ataques dos vizinhos lómué e macua como já referi. Munidos de armas de fogo e senhores dos contactos com os negociantes árabes, suaíli e portugueses instalados na costa, os *ajaua* tornaram-se rapidamente os monopolistas do comércio de escravizados. Dos seus bastiões lançavam *raids* predadores contra os agricultores nianja e outros povos de além Chire.

No seu território tradicional, e naquilo que passará a ser o domínio da *Majestática*, vários chefados tornaram-se grandes potentados, atingindo um poderio militar considerável, que se opôs pelas armas à conquista colonial.

Quando Livingstone atravessou em 1866 as terras do actual Niassa, assinalando a presença de um grupo angoni (*mazitu* ou *mafite*) a sul de Ngomano e visitou Mueembe (Mwembe), a capital do primeiro Mataka, *Che Nyambi* (ou *Nhambi*) já se tinha tornado um chefe importante com ligações comerciais permanentes com o litoral Índico<sup>14</sup>. Quando este Mataka ocupou a região entre Mueembe e Chiconono, submeteu as populações *malambo* do vale do Luatize, e os *makale* e outros *ajaua masaninga*, incluindo o seu cunhado *Che Namalweso*, invertendo as relações tradicionais do poder entre aqueles que recebem e aqueles que dão as mulheres. Numa época anterior, por volta de 1830-40, o núcleo original deste chefado parece ter evitado os ataques dos macua-lolo, fixando-se, após um movimento para norte, perto dos afluentes

<sup>14</sup> O dr. Livingstone chegou à região numa altura em que a expansão *ajaua* estava no seu auge, talvez por isso, não parece ter ficado com uma ideia correcta da tradição nianja-marave (Liesegang, 1992, p. 40).

do rio Lucheringo, numa zona conhecida por Ngonde. O primeiro Mataka deixou, alguns anos depois, as terras do Lucheringo porque estava exposto aos ataques dos angoni vindos do norte e do oeste. Das novas terras ocupadas passou a lançar razias contra os povos da região, em particular contra os *ajaua* do chefe Chiwaula, na zona montanhosa a oeste da bacia do Lugenda. Mas os angoni atacaram novamente por volta de 1879-80, obrigando o Mataka *Che Nyambi* a transferir-se para terras a oriente do rio Luangua, morrendo pouco depois. Aqui, governaram os sobrinhos seus sucessores, o Mataka *Che Nyenye* e depois o Mataka *Che Bonomali*. Este último, Mataka III, governou entre ca. 1885 e 1901. Foi o primeiro Mataka a enfrentar a expansão imperialista, a cujas tentativas se opõe. *Che Bonomali* atacou os seus vizinhos para expandir o seu poder e para escravizar gente afim de a vender. As guerras de razia deste período continuaram a ter como causas principais a incorporação de cativos (práticas de casamento por rapto e adopção) e a venda dos restantes capturados aos escravagistas do litoral Índico.

Em 1890, o Mataka *Che Bonomali* derrotou a coluna do tenente Valadim, que foi morto, assim como grande parte da sua comitiva, tendo sido os restantes membros da expedição vendidos como escravos (e resgatados em seguida na costa pelos seus compatriotas). O ataque português de 1899 obrigou o chefe *yao* a regressar aos seus territórios mais a norte, perto do rio Luatize. Entre 1901-1903, situa-se o reinado de Mataka IV, *Che Mkwepu*. Foi um período de secas e de fomes no vale do Rovuma e no médio e baixo Lugenda. Sucedeu-lhe o sobrinho uterino *Che Chisonga*, 1903-1912, como Mataka V. Esta sucessão originou dissensões entre os principais chefes subordinados à dinastia e muitos deles separaram-se do novo Mataka. A 8 de Outubro de 1912 as milícias da *Companhia* e do exército colonial português ocuparam Mueembe e *Che Chisonga* fugiu para o Tanganica, sendo substituído na chefia por um primo, *Che Salanje*, que assumiu também ele o título de Mataka e passou a negociar com os portugueses.

O poder dos Makandjila surgiu por volta de 1870-72. Os chefes com este título dinástico pertenciam a uma linhagem do clã *phiri* e tinham habitado diversas regiões do território *masaninga*, obedecendo às mesmas pressões dos Mataka com quem mantinham na altura relações de aliança. Em 1866, no ano da passagem de Livingstone, ainda viviam em Msawize, a leste de Mavago. Depois de terem saído de Msawize (1870-72) para a região do Lago, estabeleceram alianças com chefes *masaninga* que já ali se encontravam e expandiram rapidamente o seu poder, submetendo *Che Meponda* e toda a região até ao norte de Losewa. Conseguiram derrotar os *angoni* ou *mafiti* antes de 1875, e, após um período de conflitos com os Mataka restabeleceram aliança com este chefe para tornar pacífica a rota das caravanas para o litoral Índico. Diz-nos Abdallah (1983) que o Makandjila de 1876 sabia ler e escrever e falava *kiswahili*. Por volta de 1890, considerava-se um aliado do sultão de Zanzibar. Depois de ter sido derrotado pelos britânicos, fugiu para a corte do Mataka, mas o grosso da sua população permaneceu no território e aceitou um chefe escolhido pelo novo poder colonial (Liesegang, 1993, Cap. III).

Em Setembro de 1885, o Metarika reinante prestou vassalagem a Augusto Cardoso; ele seria, até à sua morte, um fiel aliado dos portugueses e da *Companhia do Nyassa*. O seu irmão Kwirazia Checapoto, vivendo a sul do lago Niassa, também prestaria vassalagem em Janeiro de 1886.

Entre 1890 e 1896, os britânicos atacam os chefes *ajaua* da zona vizinha do território da actual província do Niassa. Alguns refugiam-se no território da *Companhia*, que era na prática uma zona não colonizada (porque não ocupada) ao contrário dos restantes territórios coloniais, visto que também os alemães começavam a ocupar as terras a norte do rio Rovuma. Mesmo sob a ameaça militar dos colonizadores, tanto Metarika, como Mataka, Malinganila e outros chefes *ayao* continuaram as suas guerras de “razia” para obterem mulheres e escravizados.

Por volta de 1912 morreu o Metarika reinante. Os três candidatos à sucessão lançaram-se em lutas e rivalidades fratricidas.

Todos estes povos matrilineares possuíam mitos de origem que serviam para explicar realidades existentes: os macuas atribuíam para si e para a espécie humana em geral uma origem nos picos Namuli, na Alta Zambézia; os *ajaua*, uma origem no monte Yao, que se situa entre o rio Lugenda e o rio Lucheringo, e os *anianja* e *acheua*, no monte Kapilintsiwa, localizado no actual Malawi. Destes montes teriam emigrado segundo os mitos das origens todos os clãs que formam estes grupos.

Permaneceram as estruturas de linhagem entre os cultivadores num território despovoado, mas mesmo assim sujeitos a contínuas invasões negreiras. À excepção das terras altas da Morrumbala, verdadeira região *quilombar*, refúgio de dissidentes *maraves*, *senas*, *chonas*, e de mercadoria humana proveniente das mais diferentes origens que conseguira fugir.

### Os ngunes (anguni)

Os *angune* ou *angoni*, etnónimo derivado de *nguni*, também chamados *viti*, *maviti*, *mafites* ou *mafitas* em Cabo Delgado e *gwangwara* mais a oeste, eram originários do Natal, na África do Sul. Nessa época da diáspora para Norte eram patrilineares e guerreiros e não demonstraram grande interesse pelo comércio com o litoral, apesar de haver notícias que vendiam alguns escravizados. Mantiveram-se agricultores e criadores de gado onde era possível, mas essencialmente predadores, vivendo em grandes aldeias. Os “raids” e as “razias” permitiam aos *angoni* obter alimentos, capturar gado e reforçar os seus regimentos com a incorporação de cativos. Pelas suas regras de casamento e de filiação, os *angune* impunham a prática do *chitengua*, equivalente ao seu *lobolo* das terras de origem, lá no sul, compensação matrimonial que lhe permitia o controlo da mulher e o domínio dos filhos (Rita-Ferreira, 1982, pp. 267 e 272) e pela integração de mancebos locais nos seus grupos de guerra, rapidamente “*ngunizaram*” muita gente, a ponto de terem passado a adoptar as línguas locais como suas, mantendo-se a língua *xinguni* usada pela elite chefal e pelos detentores das cerimónias religiosas. Por causa da *ngunização* de mancebos e casamento com raparigas da população submetida, a história local e aqueles que a citam ao falarem de *angoni* nos anos 60 e posteriores do século XIX, estão já a falar de “ngunizados”. Devido às constantes razias destinadas a obter alimentos e gente mantiveram sempre um exército dotado de grande mobilidade, e uma grande comunidade ambulante coesa, assente numa estrutura patrilinear hierarquizada, em regimentos militares, numa chefia centralizada muito forte. As deambulações e razias *angoni* desempenharam na segunda metade do século XIX um papel impor-

tante nos movimentos de populações e na formação de novas unidades políticas no Niassa e em Cabo Delgado (Medeiros, 2000).

Dois grupos com origem no *mfcane* atravessaram o Zambeze em 1835 e coexistiram depois a norte deste rio. Os *angoni maseko* chefiados por Mputa e os *angoni jere* comandados por Zwangendaba. Os primeiros conquistaram vastas regiões do país cheua (*cewa*). Por volta de 1860, cindiram-se em dois sub-grupos; um, chefeado por Chiwere, na região de Dowa, e outro, comandado por Gomani, perto de Dedza. Os *angoni* de Zwangendaba instalaram-se durante alguns anos na região da actual fronteira de Moçambique com a Zâmbia, a região mais ocidental dos *maraves*, conquistando terras dos *cheuas*, *tongas* e *tumbuka*. Mas passados alguns anos mudaram-se para as terras entre o Luângua e o Niassa, destruindo o que restava da autoridade Undi. Anos volvidos, partiram de novo, agora para o Norte, instalando-se na margem do lago Tanganica, onde o seu chefe faleceu. Os dois filhos de Zwangendaba, Mpezeni e M'Mbelwa, deram origem a dinastias distintas.<sup>15</sup> Entre 1860 e 1870, o ramo chefiado por Mpezeni voltou a instalar-se no extremo norte do reino dos Undi, onde seguiu uma política implacável de conquista e de “ngunização”.

Entre 1888 e 1895, situou-se a última fase das razias dos *angoni* Magwangwara de Songea (ou Songela) e de Nharuli, no Niassa. Estes *angoni* avançaram até Masasi, a norte do rio Rovuma, e até às terras do Mwalia e do Mweri no alto Montepuez. Pela mesma época, outros grupos *angoni* atacaram Palma na costa de Cabo Delgado. Ao longo da sua caminhada e localmente os *angoni* Magwangwara foram incorporando gente de clãs e de tribos muito diferentes. As migrações tiveram a forma de uma conquista militar que se revelou sempre mortífera. A conquista permitia manter uma ampla rede de subordinações políticas, o que constituía sinal de poder e riqueza dos chefes *anguni*. Mas quando os *angoni* se defrontavam com comunidades que utilizavam armas de fogo, como a do *jumbe* Salim bin Abdalah da região de Nkota-Kota e o chefe cheua Mwase, não conseguiam vencê-los.

### Os cololos (macololo) do Chire

Na origem, os *cololos* do Chire eram apenas algumas dezenas de carregadores e de auxiliares recrutados no Baroce por Livingstone para a expedição de 1855/56, durante a qual desceu o rio Zambeze. De Quelimane, quando Livingstone regressou à Europa, os seus carregadores partiram de regresso para a sua terra, mas foram novamente recrutados em Tete pelo explorador britânico que voltou à África, e que os conduziu até Cabora Bassa, e de novo para jusante, até ao rio Chire, pelas margens do qual subiu até ao Ruu. Foi aí, na confluência dos dois rios que foram “largados” definitivamente por Livingstone em Janeiro de 1864.

Os *cololos* tinham como ancestrais os *sotho*, um grupo linguístico e cultural da actual África do Sul. Tanto os *cololos* como os *sothos* possuíam tácticas guerreiras semelhantes às dos *anguni*, e apoderavam-se do gado dos vencidos. Mas nunca tiveram a coesão social e a organização militar dos zulus. A quando do *Mfecane*, um dos grupos

<sup>15</sup> Para a história desta emigração e da actuação dos grupos *angoni* no norte de Moçambique poderá consultar-se com proveito o resumo mais recente apresentado por Rita-Ferreira, 1982, pp. 207-215. Para o estudo mais aprofundado destas e outras populações da região do Lago, ver Tew, 1950, pp. 1-50; Alberto, 1968, pp. 47-93 e 68; Linden, 1972, pp. 237-251; Nurse, 1973, pp. 7-14; Pachai, 1972, pp. 179-214; Rangeley, 1966, pp. 62-86; Read, 1956; Matos, 1965, pp. 66-68.

sotho abandonou a região do Orange e dirigiu-se para Norte, acabando por se instalar por volta de 1838 numa região a ocidente da actual Zâmbia, entre cultivadores e criadores de gado a que chamaram lozi. Aqui formaram chefias territoriais integrando gente do sítio e de outras origens, através de uma rede parental patrilinear<sup>16</sup> e de uma rede clientelar na qual estavam presentes muitos cativos. Os escravizados obtidos entre os prisioneiros que se faziam nas razias para a captura de gado destinavam-se a ser distribuídos pela própria elite cololo, e isto de preferência a serem vendidos. Os cololos chegavam ao ponto de comprar escravizados a comerciantes como o português Silva Porto, que, em 1853, entrou em contacto com o rei Sekeletu, o sucessor de Sebetwane (falecido em 1851). Em troca, forneciam marfim. Mas o desvio de bens para este comércio alterou o sistema tributário e acabou por conduzir a tensões políticas insuportáveis no Baroce.

Aos vencidos locais deram os cololos/sotho o nome de baroces (os homens da planície), e impuseram a própria língua, o *sekololo*, a língua do seu poder.<sup>17</sup> Os tributos outrora cobrados pelos lozi passaram a beneficiar os cololos nas poucas chefaturas criadas por estes (pois eram muito minoritários na zona)<sup>18</sup>.

Ora, foram umas dezenas destes cololos já mestiçados, juntamente com cativos que os acompanhavam, que Livingstone “largou” nas terras do Chire, a norte do rio Ruo, entre os cultivadores nianjas, ajaua, e lómuês, e na vizinhança dos negreiros do vale do Zambeze, dos (muçulmanos) do Niassa e de Zanzibar e do litoral Índico. Mas também, próximo dos confrades do antigo patrão, os missionários e comerciantes escoceses.

Como entre os lozi, nas terras altas e alagadiças do Zambeze, os cololos procuraram montar aqui pequenas chefias territoriais. Mas ao fazê-lo, foi exactamente num contexto completamente diferente, no da cultura zambeziana dos senhores dos negócios e dos homens. Sem o “dono” (Livingstone), os maiores cololos como Masea, Mulidima, Chipitula, Katunga e outros, mais não passaram a ser senão chicundas, exactamente como os outros chicundas dos Prazos sem senhor. Como estes, a sua manutenção e reprodução social só se podia fazer com guerras e razias, incluindo contra as populações de Massingir, que obviamente os Bongas e outros chefes desses senhorios procuravam vingar. Lutas que portugueses e britânicos aproveitam à sua maneira na “guerra do Chire”. Por exemplo, em 1877, Chipitula, um chefe cololo, cuja “capital” se situava na confluência dos rios Chire e Ruo, em Chilomo, atacou Massingir e afirmou ao comandante português de Sena que agia por ordem dos britânicos. Os portugueses aproveitaram para obter um juramento de lealdade por parte Paulo Mariano, o Mataquenha II, chefe do potentado, cuja fronteira norte era o Ruo, no limite das terras de Chipitula (Apud Reis, 2006, p. 20). Cada “potência” europeia procurava jogar com as suas peças, que por vezes no complexo tabuleiro do xadrez mudavam de cor.

Com efeito, os cololos, embora não se dedicassem ao tráfico de escravizados em larga escala, praticavam a escravidão doméstica e precisavam de homens. À semelhança

<sup>16</sup> Como o sistema de parentesco dos lozi era diferente do dos soto, a ponto de uma rapaz e uma rapariga poderem casar desde que não tivessem os mesmos bisavós, no sistema de parentesco que se foi estruturando com casamentos inter-grupais a ascendência passou a ser traçada por ambas as linhas, masculina e feminina.

<sup>17</sup> Béguin, 1903, pp. 76-77; Beyers, 1987, vol. 5, pp. 701-702.

<sup>18</sup> A origem dos cololos (*cololo*, plural *macololo*) nas terras do Chire junto ao rio Ruo como “grupo etno-linguístico específico” está relacionada com a fixação nesta zona de guerreiros de origem *sotho* mas provenientes do Baroce, já mestiçados, que constituíam a guarda pessoal de Livingstone e que casaram aqui com mulheres nianja e lómuê. A ocupação do território macalalolo por Serpa Pinto e Azevedo Coutinho, em 1889, foi uma das causas imediatas do *Ultimatum* de 1890.

dos senhores zambezianos, moravam em povoações fortificadas (aringas) e governavam os seus dependentes com mão de ferro, em troca de protecção contra as incursões de chefes ajaua e outros negreiros (Pélissier, vol. 1, pp. 455 e 460) e de europeus. Quando era do seu interesse, os missionários britânicos apoiavam-nos e forneciam-lhes armas de fogo para se defenderem, para combaterem os negreiros, diziam, e os concorrentes brancos, mas não diziam. De facto, a partir de 1875 os cololos do Chire contavam, como aliados, um grupo de missionários escoceses que se tinham estabelecido em Blantyre, e que disputavam aos portugueses influências territoriais e aduaneiras (Pélissier, vol. 1, pp. 455 e 460). Por causa disto, os cololos do Chire serão piões britânicos no conflito imperial nesta região.

Depois de terminado o conflito e a partilha do território pelas “potências”, os cololos, tal como os ngunes de toda esta região “desaparecem” como entidades autónomas, sendo absorvidos pelas culturas locais, ficando alguns topónimos e alguns cabos de guerra que passaram a sipaios e auxiliares das forças de ocupação coloniais. O distrito da Angónia na província moçambicana de Tete é bem o exemplo da absorção pela cultura cheua/nianja de todos os ngunizados locais. As sociedades matrilineares do Norte sempre foram absorvendo até hoje tudo aquilo que procurava destruí-las.

## 2. O novo giro comercial

A conquista colonial efectiva dos territórios do vale do rio Chire (integrado no actual Malauí) e da província moçambicana do Niassa, foi precedida por um importante desenvolvimento do comércio de matérias-primas de origem vegetal – oleaginosas – na sua maioria produzidas pelos agricultores africanos no quadro da sua economia natural, o que traduzia, já nessa altura, uma integração crescente das populações locais no mercado internacional e um novo tipo de actividade mercantil por parte das potências europeias, no qual, o capital comercial passou a desenvolver um papel preponderante<sup>19</sup>. Este capital financeiro, associado à produção e comércio de oleaginosas e de outras matérias-primas não era mais um capital autónomo como no precedente trato mercantil dominado na zona pelo mercantilismo indiano e pelo negócio negreiro. Era já uma fracção dominante do capital industrial que procurava promover e reforçar os laços comerciais entre a Europa e os territórios africanos a partir quer da penetração comercial, quer da própria aplicação de capitais no domínio da produção (Apud Teixeira, 1987, p. 688). No Chire e no Niassa, o período entre c. 1858 e 1891 constituiu uma espécie de transição para a época imperialista da colonização efectiva que se seguiria (Chilundo, 1988, p. 107).

As reformas das pautas aduaneiras coloniais a partir de 1853, as tentativas para o estabelecimento de carreiras marítimas com a costa oriental, de que a abertura do canal do Suez em 1869 constituiu um acontecimento importantíssimo que permitiu a ligação de Moçambique à Europa do Sul através de uma rota marítima directa, as leis sobre a concessão de terrenos coloniais e sobre a pesquisa e exploração de minas, assim como as primeiras disposições sobre a mão-de-obra (tão necessária localmente agora para o transporte – carregadores – para as plantações, para as minas, para as obras públicas, etc.), estipulando-se em 1858 um prazo de vinte anos para a abolição

<sup>19</sup> Clarence-Smith designa a este período da expansão imperial portuguesa *novo mercantilismo* (Clarence-Smith, 1985, Capítulo IV).

do escravismo, foram medidas tomadas pelo capitalismo imperial na tentativa de controlar esta fase de transição.

Em 1853, Portugal criou novos postos alfandegários no litoral norte de Moçambique e assinou um tratado comercial com a França, e desde então, várias empresas comerciais europeias de «import-export» estabeleceram sucursais em pontos estratégicos do litoral do Norte de Moçambique e no vale do rio Zambeze. Firms como a *Régis Ainé* e a *Augustin Fabre & Fils*, de Marselha, assim como a alemã *Ooest Afrikaansch Handelshuis* e outras, holandesas, inglesas e portuguesas, instalaram as suas representações em Cabo Delgado (Mecúfi, Quissanga, Mocímboa, Tungué e Quionga), distrito de Moçambique e na Zambézia, e implementaram a abertura de “lojas do mato” e “lojas volantes” de indianos e suaíli nos pontos de chegada das caravanas e nos cruzamentos das rotas do sertão, para aí adquirirem oleaginosas e outros produtos vegetais, indispensáveis à indústria europeia da época. Estes comerciantes africanos e asiáticos, mas também portugueses ou luso-africanos obtinham a crédito as mercadorias de troca. Desenvolveu-se também a prática da organização de caravanas por conta dos negociantes luso-africanos, hindustanos, muanes, e mesmo de outras procedências, que se internavam pelo sertão tanto quanto lhes era possível para completar as suas transacções, só voltando à costa seis ou oito meses depois, e por vezes um ano e mais (Câmara, 1886, p. 117). No interior, segundo Romero, de Cabo Delgado e do Niassa vagueavam também muitos traficantes, “indígenas da costa, acompanhados por alguns pretos ao seu serviço, para o transporte dos artigos do comércio, vindo depois dar contas aos negociantes do Ibo dos artigos que compraram e que eram por estes exportados” (Câmara, 1886, p. 111).

Em 1858, havia no distrito de Cabo Delgado cerca de 97 “lojas volantes” e as fazendas com que eram fornecidas pertenciam e costumavam ser por conta daquelas casas comerciais europeias estabelecidas na vila do Ibo e também nos mercados mais abastados do Distrito (Romero, 1860, p. 116). Dois anos depois, o governador local, Jeronymo Romero, recenseou 157 lojas nas Ilhas e no litoral de Cabo Delgado que empregavam cerca de 340 pessoas para além dos mil agentes de comércio que se ocupavam na compra e venda de produtos da terra (Romero, 1860, p. 115).

Entre os principais produtos adquiridos por estas casas regista-se o gergelim, a copra, o amendoim, o óleo de palma, o sésamo, a urzela, a goma copal, a casca de mangal e a borracha. O gergelim e o amendoim foram os produtos mais exportados no norte de Moçambique entre 1850 e 1868, mas, a partir deste ano, a borracha tornou-se pelo menos tão importante como aquelas oleaginosas, pelo menos até 1880 (Liesegang, 1986, p. 456).

Cabo Delgado participava essencialmente com gergelim. Contudo, também se exportava arroz e milho fino das Ilhas Quirimbas e do litoral continental. De Mecúfi para Norte a cultura do gergelim substituiu inteiramente a cultura do amendoim. A partir dos anos 1860 as alfândegas do Ibo, de Palma (esta em 1887) e de Mocímboa resistiram índices crescentes na saída de gergelim, goma copal, urzela, marfim, mapira (sorgo), borracha, cauril, cera e outros produtos. Por isso os cultivadores africanos procuravam fazer mais sementeiras em cada nova campanha. Mas, a partir de 1890, e mais acentuadamente a partir de 1892, a comercialização de oleaginosas principiou a declinar.

As fazendas de troca, ou de sorteação, como se dizia na época, eram, em 1860, as seguintes: tecidos europeus, americanos e asiáticos, espingardas e pólvora, louças, espelhos, missangas surtidas, manilhas, além de outras miudezas conforme o apetite do africano, quer de cada qualidade, quer de certa porção (Romero, 1860, p. 114). Vinte anos depois, ou seja em 1880, um outro governador, Perry da Câmara, juntava à lista desses produtos as bebidas alcoólicas (Câmara, 1886, p. 10). O “vinho para o preto” vai passar a ser, sobretudo nas terras do sul da colónia, um produto fundamental do comércio com o “indígena”.

Também a partir de 1878, ano em que foi criada a *African Lakes Company* (ALC), a economia africana das terras de além-Lugenda ficou sob a influência económica directa da África Central Britânica que atraía para as casas comerciais de Fort-Johnston e sucursais o marfim, a borracha e a cera, produtos que eram exportados, depois, pela via Chire-Zambeze (Vilhena, 1905, pp. 412-414) até à construção do *Trans-Zambezia Railway*.

Toda a região do Alto Chire e dos Lagos exportava essencialmente para Quíloa (Kilwa), mas dela partiam também caravanas de comércio para Quissanga, em frente da Quirimba, e para Mikindani, logo a norte do Rovuma, etc. Os trilhos destas caravanas eram percorridas por comerciantes luso-afro-indianos do Ibo e seus aliados *mwani* e suaíli. Luiz João Gonzaga, crioulo do Ibo, e outros antes dele, enviavam os seus *patamares* e as suas caravanas de dezenas de homens pelo sertão adentro até aos confins do Lugenda e do alto Lúrio (Reis, 1889, p. 6). Destas viagens sabe-se muito pouco, pela simples razão de serem campanhas de negreiros, cuja actividade, de comandita com funcionários portugueses das Quirimbas e da Ilha de Moçambique, era proibida. Ainda em 1883, o cônsul britânico na Ilha de Moçambique, Henry E. O'Neill, assinalava a presença de mestiços do Ibo na região do lago Chirua, onde compravam escravizados. Por volta de 1885, é Gonzaga quem fornece cartas de recomendação a Augusto Cardoso para os contactos com os chefes do interior.

### 3. Permanência do comércio do marfim e do tráfico de escravizados

Apesar do marfim continuar a ser transaccionado, o seu comércio sofreu algumas alterações igualmente importantes. As antigas caravanas de *bisas* e de *ajaua* que haviam percorrido centenas de milhas através do mato e ao longo dos vales dos rios no intuito de alcançar os portos moçambicanos foram desviadas para norte, para Zanzibar, onde as condições comerciais se apresentavam muito mais favoráveis. Contudo, e em meados do século XIX, começou a assistir-se a uma nova forma de transaccionar o marfim (porque cada vez mais apetecido na Índia e na Europa) que implicou a caçada sistemática de elefantes levada a cabo por caçadores profissionais equipados com armas de fogo. O fenómeno inseria-se numa política cujo objectivo era intensificar a exploração dos recursos africanos, a qual se estava a revelar um poderoso instrumento de expansão rumo ao interior (Newitt, 1996, p. 244). À frente (no sentido de antes) dos heróicos exploradores foram sempre comerciantes que raramente são mencionados.

Mas a nova actividade comercial não desdenhava os produtos dos antigos circuitos mercantilistas do período anterior: marfim, peles, cera, pau-preto, urzela, e escravizados. Até cerca de 1878, a produção para o mercado internacional das novas matérias-primas era muito reduzida nas terras do *hinterland* mais distante do Niassa por causa

dos custos do transporte na cabeça e costas dos carregadores. Por isso, o marfim e a cera, produtos do velho comércio do sertão permaneceram os mais procurados dessas regiões. Os comerciantes ajaua que demandavam a costa eram os principais fornecedores de marfim. Em 1884, chegou a Mocímboa uma caravana jaua com 193 pontas de marfim grosso. As caravanas dirigiam-se também para os territórios alemães a norte do rio Rovuma onde trocavam os seus produtos por pólvora, armas e outros artigos de permuta que eram ali mais baratos do que no litoral de Cabo Delgado. Os produtos do Alto Lúrio eram geralmente trocados ou vendidos em Quissanga; a rota seguida pelas caravanas vinha da nascente do Lúrio, em Mulipelo, e seguia por Nevila, Maiaia, Mazela, Montepuez, Bilibiza até chegar a Quissanga. Outras caravanas iam fazer o comércio nas lojas da *Companhia da Zambézia*, a sul da nascente do rio Lúrio (Newitt, 1996, p. 414).

Para a aquisição dos produtos da floresta, os grupos de caça e de colecta eram organizados localmente a nível das chefias linhageiras. No regresso da floresta, uma parte do produto era entregue ao *mwene*, o “dono” da terra, isto é, o chefe do território.

Mesmo o comércio de escravizados, ainda que clandestino, permaneceu vivo e importante até à Primeira Guerra Mundial, apesar de todos os decretos anti-tráfico e abolicionistas promulgados (Capela, 1988, pp. 5-11) e do combate aos traficantes pelas marinhas inglesa, francesa e portuguesa. De facto, o tráfico continuou entre 1854 e 1902 assim como a exportação de “libres engagés” para as plantações francesas das Ilhas do Oceano Índico Ocidental, com uma autorização oficial para Mayotte e Nossi-Bé entre 1881 e 1884, e também a venda local de força de trabalho, alguma dela com destino à África do Sul. Foi no auge do tráfico clandestino, entre 1842 e 1902, quando as formações sociais das terras mais próximas da costa já estavam envolvidas na produção para o mercado internacional e venda de força de trabalho, que a partir do litoral ou subindo os rios, os negreiros se lançaram com frequência por conta própria na captura de pessoas (Capela & Medeiros, 1986, p. 106).

Os grandes fornecedores do tráfico nesta época foram negreiros *ajaua* que penetravam pelo território além Niassa e além Chire, até ao Luângua e às terras dos *muisas*. José Capela registou 36 caravanas de escravizados, conduzidas por negreiros *ajaua* que chegaram ao litoral Índico entre 1856 e 1899 (Capela, 2010, p. 47).

Mas os circuitos do tráfico e a escravatura doméstica já estavam a ser transformados e viriam a sê-lo muito mais após a conquista e a montagem do aparelho administrativo, naquilo que Eduardo Mondlane chamou “a suave transição entre a escravatura e o trabalho forçado” (Mondlane, 1977, p. 28) e o trabalho contratual.

#### 4. As explorações «científicas» e o posicionamento europeu para a ocupação colonial

Paralelamente à nova dinâmica comercial, aventureiros, exploradores e missionários percorreram todo o norte de Moçambique, a região do rio Chire e dos Lagos, preparando de algum modo a partilha de África e tornando este imenso território palco dos interesses de britânicos, alemães e portugueses. O lago Niassa e a região adjacente até ao rio Lugenda e, para sul, as terras altas do Chire foram o principal objectivo das expedições britânicas nesta zona da África Oriental e o campo da sua acção exploratória e missionária (Vilhena, 1905, p. 296).

Claro que antes das viagens pelo sertão de britânicos e de outros exploradores, já os sertanejos do vale do Zambeze (de Quelimane, Sena e Tete), da Ilha de Moçambique e do Ibo, assim como os *pombeiros* de Silva Porto tinham percorrido toda a região. Na rota que os *pombeiros* seguiram em Abril-Junho de 1854, desde a ponta sul do lago Niassa, atravessado depois a região até ao rio Lugenda e daqui até Mikindani, no litoral Índico, encontraram chefes ajaua entre a margem oriental do rio Chire e o Rovuma, e núcleos de comerciantes desta etnia<sup>20</sup> ao longo das pistas das caravanas até ao mar<sup>21</sup>.

Mesmo antes dos *pombeiros*, em 1846, o mestiço luso-goês de Tete, Cândido José da Costa Cardoso visitou o Lago Niassa. E muito antes, em 1797, Francisco José de Lacerda e Almeida viajou de Tete ao Muata Kazembe, junto ao lago Moero, e em 1832, António Cândido Pedroso Gamito, trilhou a mesma rota, deixando-nos, de ambas as expedições, notícias sobre os *maraves*, *muisas* e *cazembes* da Lunda (Martins, 2000, pp. 185-225).

Foram contudo os mapas da África oriental e central publicados na Europa, de 1852 a 1866, mostrando os lagos Niassa, Tanganica e Victória, todos juntos, “em forma de lesma”, baseados em informações colhidas na costa de Zanzibar (Liesegang, 1993, Cap. VII, p. 1) que deram propriamente início às expedições dessa época chamadas científicas. A publicação desses mapas foi o resultado da fase da recolha de informações junto dos comerciantes do litoral que percorriam as terras do interior distante. O saber acumulado localmente tornou-se um ponto de partida para as pesquisas científicas que se seguiriam. Ponto de partida que os exploradores, geógrafos e missionários se empenharam em esconder ou denegrir, carregando nas tintas o escravismo que tão justamente indignava a Europa (Santos, 1982, p. 121). Os missionários e os exploradores geógrafos souberam pois aproveitar as vias sertanejas já existentes para penetrar na África central da região dos Lagos, do Chire e do Alto Zambézia (Santos, 1982, p. 128). Por caminhos de pé posto, a maioria deles com sinaléticas de sangue.

Com base nestas informações, seguiram-se expedições de carácter exploratório entre 1859 a 1885. Mas a partir de 1876, com a *Conferência de Bruxelas*, triunfara na Europa a ideologia da expansão colonial (Santos, 1982, p. 123). À prioridade da «descoberta científica» somava-se agora o empenhamento em adquirir preponderância económica e política no continente africano (Santos, 1982, p. 123) com a preocupação de se obterem tratados com os chefes africanos e de se afirmarem posicionamentos no terreno para futuras negociações inter-potências a fim de se delimitarem zonas de influência. Porém, só depois de 1875 é que começou na região que estudo o período da ocupação colonial propriamente dita.

Vejamos resumidamente e por ordem cronológica algumas dessas explorações europeias relativas à zona que estudo.

Em 1855, David Livingstone desceu o rio Zambeze com várias dezenas de cololos, avistou as quedas de água a que deu o nome de “cataratas Vitória” (Livingstone, 1981, p. 568) e chegou a Quelimane em 1856. Seguir depois para Inglaterra, tendo os cololos iniciado o regresso ao alto Zambeze como já referi mais acima.

<sup>20</sup> Atenção leitor a este vocábulo: poderá conter um *virus* etnológico. Sobre etnias e etnicidades em Moçambique já escrevi algumas coisas.

<sup>21</sup> Uma viagem de Angola em direcção à contra-costa, in: *Annaes do Conselho Ultramarino*, parte não oficial, Lisboa, 1.ª Série, 1856-1858, pp. 273-292, 297-300, 304-308, 314-316 e 465-470 (diário da viagem de Silva Porto e dos seus pombeiros, publicado por Sá da Bandeira).



Mas em 1858, o explorador britânico regressou ao continente africano com vista ao estabelecimento de uma Missão (colonial e religiosa) na África Central. Pôde observar por essa altura (foi de toda a conveniência política que o fosse agora) o escravismo que se fazia no vale do rio Zambeze e os conflitos nos Prazos (Ki-Zerbo, 1991, vol. 2, p. 74) e entre os tais “estados secundários”.

Quando chegou a Tete, subindo o Zambeze, o missionário reencontrou os cololos que deixara dois anos antes em Quelimane, e pretendeu reconduzi-los à sua terra de origem. Mas Livingstone estaria incumbido pelo governo britânico de lançar as fundações de uma colónia no actual Sul da Zâmbia (Livingstone, 1981, p. 2).

Para isso, tornava-se necessário assegurar a navegabilidade do Zambeze, de modo que os britânicos pudessem, de futuro, subir e descer o rio com navios a vapor. Contudo, foi forçado a reconhecer, a contragosto, que os rápidos de Cabora Bassa não eram navegáveis. Voltou-se então para o Lago Niassa, que afirmaria mais tarde ter sido ele a descobrir (*Encyclopædia Britannica*, 11th ed., vol. 1, p. 334). De facto, em 1859, Livingstone e membros da sua expedição atingiram o Lago pela rota do rio Zambeze. A notícia do “descobrimento” do Niassa em 16 de Setembro de 1859 provocou na Inglaterra um imenso alvoroço traduzido em inúmeras manifestações e honrarias concedidas ao missionário - explorador (Santos, 1964, p. 66).

Raramente é mencionada a viagem do alemão Albrecht Roscher em 1859 ao serviço do rei da Baviera. Viagem que realizou integrado na comitiva de Salim bin Abdallah, primeiro *jumbe* de Nkhothankhota, que chegou à região do Alto Rovuma e alcançou a margem ocidental do Lago Niassa (Santos, 1964, p. 40). Esta expedição não teve contudo o eco desejado, pois Roscher foi assassinado na margem do Lago em 1860 e apenas deixou alguns escritos com notícias fragmentadas.

As viagens de Livingstone, entre 1859 e 1869, pelas regiões do Lago Niassa, Chire e Rovuma deram origem àquilo que seria a penetração anglo-saxónica no futuro Niassalândia (actual Malawi)<sup>22</sup>. Elas atrairiam à região logo em 1861 os anglicanos da primeira *Universities' Mission to Central Africa* (U.M.C.A.), mas que foi encerrada em 1863, por doença dos missionários e ataques dos “gentios”.

Três anos depois da viagem ao longo do rio Chire, o mesmo Livingstone andou pela margem ocidental do Lago Niassa, abrindo (!) no terreno uma via para o “comércio, cristianismo e civilização” dos europeus, a teoria dos três “Cs” de que era o mais ardente defensor.

Em 1862, de parceria com John Kirk, numa tentativa de chegar ao Lago, mais a norte, a partir do Índico, Livingstone subiu o rio Rovuma mas não conseguiu chegar ao destino que pretendia. E, no entanto, era essa uma das rotas das caravanas dos *ajaua*, dos *zanzibaritas* e de outros traficantes de escravizados e de marfim.

Na peugada de Livingstone, James Stewart, um outro explorador britânico, acabou por reconhecer em 1862/63 que o planalto do Chire era mais aconselhável para a actividade missionária da *Igreja Escocesa* que as terras baixas deste rio e da margem ocidental do Lago Niassa.

De Maio a Setembro de 1866, partindo de Zanzibar, Livingstone atravessou em diagonal as terras da actual província moçambicana do Niassa e visitou as capitais dos

chefes *ajaua* Metarika, no Rovuma, e Mataka I, em Muembe nas montanhas centrais, e contornou o lago Niassa pelo sul<sup>23</sup>.

Em 1867, o tenente Edward Young dirigiu mais uma expedição ao Chire e ao lago Niassa a fim de se encontrar com Livingstone. Todas estas expedições eram do conhecimento local dos *patamares*, dos negreiros, e da maioria das autoridades lusas locais. Em 1869, chegou à região o primeiro bispo anglicano (Stuart, 1985, p. 32). No entanto, foi após o falecimento de Livingstone, em 1873, que os britânicos, servindo-se da sua grande popularidade, angariaram fundos para a fundação de duas missões da *Free Church of Scotland* no actual Malawi: uma em Livingstónia (do nome do explorador), em 1875, e outra em Blantyre (topónimo da sua terra natal), em 1876.

Seguiram-se outras viagens de “exploradores” e militares britânicos. Em 1874, o capitão J.F. Elton, cônsul inglês na Ilha de Moçambique, fez várias expedições à região do Lago e manteve contactos com Chitezi, o mais importante chefe nianja da região (Elton, 1879, AHM 127). Zanzibar e a Ilha de Moçambique eram nessa época grandes centros de conhecimento africano e de “informações”. Os múltiplos “agentes” tomavam certamente juntos o chá das cinco. E por vezes com as autoridades locais. Mouzinho tentou meter alguma ordem nisto mas não conseguiu.

Em 1875, uma caravana de 800 carregadores (quem eram estes carregadores? Quem os fornecia? Como eram pagos?), dirigida por E.D. Young, transportou o equipamento e as peças de um pequeno vapor para a instalação da primeira missão no extremo sul do Lago Niassa, no cabo MacLear. No ano seguinte, a Igreja da Escócia fundou a sua própria missão em Blantyre.

Em 1875/76, o bispo anglicano Edward Steere atravessou o Rovuma perto de Negomano, desceu ao longo do Lugenda e atingiu Muembe, capital do Mataka, onde se demorou até 22 de Dezembro desse ano, tornando a passar o Rovuma em Janeiro do ano seguinte (Santos, 1964, p. 41). Com o Mataka terá negociado a implantação de uma missão anglicana.

Pelo rio Zambeze, e depois pelo rio Chire até às Murchison Falls seguiu no mesmo ano uma expedição comandada por Edward Young, com missionários chefiados por Robert Laws, voltando a contactar os *cololos* de Livingstone, na zona da foz do Ruvo, os quais, entretanto, já se tinham estabelecido e formado regulados à maneira da terra. Young e mais alguns seguiram para o lago Niassa, onde James Stewart foi em Outubro de 1876 ao seu encontro, o que deu origem a uma nova Missão, esta em Blantyre.

Na peugada das missões chegaram aventureiros, comerciantes e militares que deram origem a um pequeno núcleo populacional europeu na margem ocidental do lago Niassa, em terras do chefe Meponda. Foi a esta povoação que foi dado o nome de Livingstónia. Mas este núcleo de colonos, dizimado pelos rigores do clima e pela extrema insalubridade das terras baixas onde tinha carácter endémico uma vasta gama de doenças tropicais causadoras de elevadíssima morbilidade e mortalidade entre os europeus, veio a mudar-se para Blantyre, nas terras altas mais para ocidente. Em 1876, John Kirk visitou o distrito de Munego, próximo de Cabo Delgado<sup>24</sup>. E o

<sup>23</sup> Sobre esta viagem de Livingstone vide Charles & David Livingstone, 1868, 1981. A memória local desta viagem manteve-se na tradição e foi assinalada pelos seguintes autores: Abdalah, 1919, p. 40 e 1983, pp. 63-4; Alpers, 1969 p. 414 e Young, 1877, pp. 93-6.

<sup>24</sup> John Kirk deixou-nos o relato dessa viagem num artigo publicado na revista *Proceedings of the Royal Geographical Society*, Londres, 21, 1877, pp. 588-589, e nos dois volumes da obra *The Zambezi Journal and Letters of Dr. John Kirk*, 1858-63 publicado por R. Foskett em 1965.

<sup>22</sup> Sobre esta ocupação britânica vide Henry Rowley, 1866, Anderson Morshead, 1909, e Tblood, 1937, 2 vols.

cônsul britânico na Ilha de Moçambique, J. Frediric Elton, visitou em Maio, por terra, a partir do Mossuril, a costa do distrito de Moçambique até Cabo Delgado. Rota conhecida, e que haveria de ser usada mais tarde por Serpa Pinto, como se verá.

Entre 1876 e 1883, o reverendo William Percival Johnson, da *Central Africa Mission*, percorreu, a partir da Ilha de Moçambique, uma vasta área do Niassa, entre o rio Lugenda e o Lago onde chegou à sua margem oriental em 1877<sup>25</sup>. (Não encontrei nos documentos que consultei na época no Arquivo Histórico de Moçambique, em Maputo, descrição alguma de um “agente” luso que tivesse integrado essas expedições britânicas a partir da Ilha de Moçambique. Talvez existam nos Arquivos da Marinha, do Ultramar ou dos Negócios Estrangeiros...Desconheço).

Da região dos Lagos para ocidente foi criada a zona de influência colonial britânica após as expedições de Livingstone. O núcleo de irradiação desta influência era constituído pelos missionários anglicanos da *Missão das Universidades para a África Central, Igrejas da Escócia, Igreja livre da Escócia, Missão de Londres*. A influência das missões anglicanas não se fez sentir apenas a ocidente dos Lagos, ela prolongou-se para as ilhas Likoma e Chisamulo no lago Niassa e terras da margem oriental, entre os *nianjas*, e mais além, para terras *ajaua* do Mataka e do Metarika, ao longo das pistas do comércio com Zanzibar.

Finalmente, nesse ano de 1877, sob os auspícios da *Sociedade de Geografia de Lisboa* (Lucas, 1994, vol. 5, p. 308), Serpa Pinto e os seus companheiros empreenderam a expedição que no Bié se cindiu e levou Serpa Pinto a Pretória depois de atravessar Angola, as bacias do rio Congo e do Zambeze, Zâmbia, Zimbabwe e África do Sul (1877-1879). A sua jornada terminou em 1879.

Entretanto, surgia no Sudeste africano a African Lakes Company (ALC), ou Companhia dos Lagos Africanos, fundada por dois escoceses, os irmãos Moir, em 1878, com a intenção apregoada de cumprir um dos desígnios de Livingstone: a promoção do “comércio lícito” entre os lagos Niassa e Tanganica, através da instalação de feitorias e de redes de transporte fluvial e terrestre.

Em 1879, a U.M.C.A. fundou uma nova missão na ilha Likoma, no lago Niassa, estendendo a sua influência até ao Lugenda. Em 1880, foi Duff MacDonald que percorreu o sertão<sup>26</sup>; e, neste mesmo ano, William Percival Johnson fundou uma missão anglicana em Muebe, capital do Mataka, mas que foi saqueada, tendo Johnson atravessado o Lago no ano seguinte e foi para Livingstónia. Mas em 1882, voltou ao Niassa e percorreu as nascentes do Rovuma e do Lugenda.

Entre 1880 e 1885, o cônsul britânico na Ilha de Moçambique, Henry Eugene O'Neill, efectuou diversas viagens pelo norte de Moçambique<sup>27</sup>. Mais do que outros compatriotas seus, as viagens de O'Neill foram conhecidas em Portugal, e o relato das suas andanças pelo interior e litoral do norte de Moçambique foi mesmo publicado

<sup>25</sup> A descrição dessa viagem encontra-se em *Seven Years Travels in the Region East of Lake Nyasa* (Johnson, 1884, pp. 512-533, e nos livros *Nyasa, The Great Water*. Londres, 1922, e *My African Reminiscences, 1875-1895*, de 1924.

<sup>26</sup> Vide deste explorador *Africana: Or the Heart Of Heathen Africa*. (Macdonald, 1882, 2 Vols).

<sup>27</sup> O relato destas viagens encontra-se em *On the Coast lands and some rivers and ports of Mozambique; A three months journey in the Makua and Lomwe countries; Journey from Mozambique to Lakes Shirwa and Amaramba; Journey in the District of Cape East Africa between the Zambezi and Rovuma River*; e «Observações acerca da Costa e interior da Província de Moçambique» (O'Neill, 1882, 4 (4) pp. 193-213, 196-208 e pp. 259-270; 6 (11 e 12), 1893, Vol. V; 1884, pp. 632-656 e 713-741).

no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (O'Neill, 1882, n.º 4, pp. 196-208, e n.º 4, pp. 259-270).

Em Agosto de 1881, Joseph Thomson, ao serviço do sultão de Zanzibar, subiu o rio Rovuma pela margem direita até ao Lugenda, indo depois por este rio fazer uma prospecção mineira à região de Itule ou Kivanahanga<sup>28</sup>. Neste mesmo ano de 1881, o reverendo Chauncy Maples atravessou o rio Rovuma e seguiu para sul até ao Messalo, começando a encontrar, vinte milhas depois, terras povoadas, regularmente agricultadas, que já faziam parte da região do Médo. Maples visitou o chefe Mwalia (nome dinástico), para os lados de Balama/Namuno, a quem considerou o chefe mais importante da região, e reconheceu que esta terra era muito fértil e densamente povoada. Seguiu depois para o litoral, que alcançou na foz do Lúrio, após quinze dias de marcha através de um caminho de pé posto. Do Lúrio seguiu por terra para Pemba onde embarcou para Quissanga, internando-se novamente no sertão; depois atravessou o rio Messalo e contornou pelo oeste o país dos *mavias*<sup>29</sup>.

Entretanto, a *Universities Mission to Central Africa* (U.M.C.A.) fundou uma missão em Masasi (na actual Tanzânia), estendendo a sua acção para o Niassa moçambicano, onde se fixou em 1881 (Stuart, 1985, p. 33).

Foi nesse mesmo ano de 1881, escreveu Maria Emília Madeira Santos, que o governo de Lisboa, pressionado pela *Sociedade de Geografia de Lisboa*, se apercebeu da necessidade de transpor do litoral para o interior a defesa dos interesses portugueses nesta região (Santos, 1982, p. 125). As explorações resultantes desta decisão política começarão em 1884.

Em 1883, o governo britânico, ao nomear um comandante da marinha (Foot) para cônsul de Sua Majestade Britânica nos territórios dos chefes africanos das vizinhanças do sul lago Niassa, começou a dar os primeiros sinais de não reconhecer ali a soberania portuguesa. Todavia, era por enquanto mais uma reacção do *lobby* escocês do que uma pretensão colonial britânica.

Em 1884, C. A. Smythies e G. Angelvy viajaram separadamente pelo alto Niassa<sup>30</sup>. Entre 1885 e 1887, o inglês Last efectuou diversas expedições aos rios Lugenda e Rovuma, aos lagos Chirua e Amaramba, e aos montes Namuli; viajando para Blantyre passou por Negomano (Santos, 1964, p. 42).

As expedições portuguesas de 1884 a 1887, animadas por Pinheiro Chagas, obedeceram a uma estratégia coordenada e defensiva, no sentido de consolidar o controle colonial português perante as pressões da Alemanha no sul de Angola e no norte de Moçambique, da França e da Bélgica, na bacia do Congo, e da Grã-Bretanha nas margens do lago Niassa onde se tinham estabelecido, como vimos, missionários escoceses e comerciantes da *Companhia dos Lagos Africanos* (CLA). Os resultados das expedições deste período foram importantes para as negociações de tratados com a França e Alemanha.

<sup>28</sup> O relato encontra-se em *Notes on the basin of the river Rovuma, East Africa* (Thomson, 1882, pp. 65-79).

<sup>29</sup> Vide «Massai and the Rovuma District in East Africa» (Maples, 1880, pp. 237-353); «Makua and between the rivers Rovuma and Luli» (Maples, 1882, pp. 79-90); «Journey to the Meto Country in 1881» (Maples, 1899); «On the results of the exploration of the Country lying between Lake Nyasa and the Indian Ocean, from to Yean 1880-1884» (Maples, 1885, Vol. 1, pp. 69-85).

<sup>30</sup> Vide *A Journey To Lake Nyasa And Visit To Magwan-Gwara And The Source Of Rovuma In The Year 1886*. (Smythies, 1887).

Uma fundamental foi a expedição oficial chefiada por Hermenegildo Capelo e por Roberto Ivens, enviados para percorrer todo o continente de uma costa a outra (1884-1885). Foi a travessia feita por portugueses depois dos “pombeiros” de Silva Porto. Por essa altura, realizava-se a Conferência Internacional de Berlim, na qual se estabeleceu, contra os interesses portugueses, que a bacia do Congo e a embocadura do Zambeze eram zonas de comércio livre (Acta Geral da Conferência de Berlim, Cap. 1, art. 1) (Brunschwig, 1972, p. 83).

Depois de uma breve tentativa de fixação no território *ajaua* do Mataka, entre 1880-1881, missionários e exploradores britânicos dirigiram a sua acção para a margem ocidental do lago Niassa e para a ilha Likoma, que se tornou o centro da sua irradiação a partir de 1885.

A primeira providência para contrariar a expansão britânica nas regiões do Chire e do Niassa tomou-a em 1885 Pinheiro Chagas, o ministro português da Marinha e do Ultramar. A expedição «Pinheiro Chagas» foi organizada por Serpa Pinto, mas na qual apenas participou do Mossuril a Quissanga, entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885, continuando a dita para o Niassa a ser comandada por Augusto Cardoso.

Durante o período das viagens britânicas pelo interior do Niassa e de Cabo Delgado, os portugueses, que ocupavam a ilha do Ibo e outras Quirimbas, assim como algumas praias do continente fronteiriço, lembraram as suas pretensões históricas com a expedição de Augusto Cardoso, do Ibo/Quissanga ao lago Niassa em 1885/6, contornando alguns dos principais territórios chefais da região, como Mwalia, Mataka e Makandjila, mas visitando Metarica no rio Lugenda e outro chefe *ajaua*, o Kwirasya. Embora esta viagem tenha sido apresentada como uma expedição científica, ela tinha sobretudo a intenção de mostrar às outras potências europeias a presença de Portugal na região, obtendo alguns actos de vassalagem de chefes africanos (Cardoso, 1927)<sup>31</sup>. Disse Alexandre Lobato que a “expedição de Augusto Cardoso veio a definir o caminho de Porto Amélia (Pemba) ao Lago, porque ao longo dele se instalaram depois os postos de ocupação do Niassa” (Lobato, 1966, p. 27). Os contactos que os comerciantes crioulos e *muanes* do Ibo e de Quissanga mantinham com o *hinterland* facilitaram a viagem e as vassalagens. Os tratados firmados tratavam do comércio e da segurança das rotas comerciais<sup>32</sup>. Mas o mapa de Vilhena, de 1905, não apresenta nenhum resultado da expedição (Vilhena, 1905, p. 296), o que leva a supor que nem se tentaram executar trabalhos cartográficos.

Em 1887, Portugal ocupou militarmente a baía de Tungué, território disputado pelo sultão de Zanzibar, na sequência de um ultimato português a este último (Pélissier, 1988, pp. 339-341).

Seguiu-se uma nova fase de expedições portuguesas em 1888 e 1890 animadas por Barros Gomes (Reis, 1978). Estas expedições eram agora motivadas por uma estratégia de afirmação sobre todo o sul do lago Niassa, quer a oriente quer a ocidente da actual fronteira, e sobre o alto Zambeze, no distrito do Zumbo, que ia praticamente até às portas de Salisbury (hoje Harare).

<sup>31</sup> Sobre a expedição de Augusto Cardoso vide Lobato, 1966, 38 pgs. Costa, 1967. Mendes, 1969, pp. 33-51, mapas.

<sup>32</sup> Arquivo Histórico de Moçambique. Governo de Cabo Delgado, Cx.8-36-M2 (11) Doc.13 e Augusto Cardoso ao chefe da expedição, 18.12.1885, nº extra, Termo incluso de 16 de Dezembro de 1885 e Termo de 20 de Janeiro de 1886.

No ano seguinte (1889), Portugal começou a preparar, secretamente, expedições de vulto que ocupassem vários dos territórios também pretendidos pela Inglaterra: a Machonalândia (Terra dos Chonas, hoje, grande parte do Zimbabué), o Alto Chire e toda a zona do lago Niassa.

O major Serpa Pinto, por seu turno, foi incumbido de, também ele, se dirigir ao sul do Niassa (via Zumbo e rio Aruângua), depois de escoltar dois engenheiros portugueses numa viagem a norte do Zambeze (Pélissier, 1988, vol. 2, pp. 43-52).

Entre Novembro de 1888 e Março de 1889, o Tenente António Maria Cardoso, secundado por Luís Augusto Machado Leal, comandou a expedição «*Missão Civilizadora Henrique Macedo*» (Anuário de Moçambique, 1917) que andou em actos de «vassalagem» pelo sul e leste do Lago por terras dos *macololo* e *ajaua*. A expedição fortemente armada, inclusivamente com metralhadoras, percorreu o sul e leste do lago Niassa obtendo a “vassalagem” de diversos chefes *ajaua*, entre os quais Meponda. Cardoso permaneceu algum tempo nas margens do Lago com vista a obter termos de vassalagem e de subordinação do maior número possível de chefes e subchefes africanos para que o Niassa se mantivesse sob a esfera de influência portuguesa face à presença na região próxima das missões anglicanas e da companhia inglesa de exploração dos Lagos. Foi por este motivo que foram publicados com cuidado e urgência, no *Boletim Oficial*, os vinte e três termos de vassalagem obtidos<sup>33</sup>. Para diluir, de algum modo, o objectivo imperial, fez-se constar na época que também foram colhidos alguns elementos sobre a topografia da região. Todavia, os resultados não foram publicados “por razões de natureza política”, referiu em 1890 Azevedo Coutinho na *Sociedade de Geografia de Lisboa* (Pinhal, 1971, pp. 139). A missão teve como finalidade reforçar a presença portuguesa entre Mandimba e o lago Niassa (Axelson, 1967, p. 87)<sup>34</sup>. Os ingleses protestaram e enviaram de imediato um «cônsul» para a região dos *macololo*. Foi Harry Johnston, antigo cônsul na Ilha de Moçambique, o enviado para a região dos Lagos a fim de assinar tratados de amizade com os chefes africanos das terras altas do Chire. O “cônsul” retomou a acção da *Companhia Africana dos Lagos*. Cecil Rhodes, obtendo garantias futuras de propriedades fundiárias e de direitos mineiros, ofereceu os préstimos da *British South Africa Company* (BSAC)<sup>35</sup> para financiar o custo de um eventual protectorado britânico.

<sup>33</sup> *Boletim Oficial*, números 13, 18, 19, 27, 41, 42 e 47 de 1889.

<sup>34</sup> AHM, Governo de Cabo Delgado, Cx.8-36-M2 (17), Doc. 1, Missão Civilizadora do Lago Niassa, povoação do Guirassia na Serra Divigir (*sic!*), 11 de Junho de 1889.

<sup>35</sup> Por volta de 1888, o colonizador inglês Cecil Rhodes recebeu da rainha Victória em 25 de Outubro de 1889 a carta com personalidade jurídica e poderes majestáticos da *British South Africa Company* (B.S.A.) para o território que ia do Transval ao Congo e de Angola a Moçambique. Rhodes teve o cuidado de obter de Lobengula, sucessor de Mzilikazi, rei dos *ndebeles*, o privilégio da exploração mineira no seu território, sob a condição de manter o país ao abrigo dos brancos, constituindo assim um território tampão entre os ingleses a Norte e os *boers* a Sul. Pelo que a ocupação colonial começou pela *machonalândia* (território dos *chonas*). Só que as prospecções mineiras foram enganadoras e os colonos preconizaram a reconversão das actividades económicas para o resto do país *ndebele*. A resistência deste povo foi muito activa e só em 1895 é que os ingleses lançaram uma ofensiva de grande envergadura contra a capital Buluaio, que incendiaram. Os *nguni*, privados do seu gado e expulsos das melhores terras, constringidos ao trabalho nas minas, reagiram numa violenta revolta em 1895 que se prolongou até 1897. Por seu turno, excluídos do comércio do ouro de aluvião e submetidos ao pagamento do imposto, os *chonas* fizeram causa comum com os *ndebeles*, seus antigos conquistadores, para grande surpresa dos missionários e dos colonos. Mas esta resistência teve como consequências serem colocados em reservas e fomentar desde então entre eles clivagens e oposições raciais.

Portugal tentava responder à pressão com a ocupação do vale do Zambeze por Paiva de Andrade, do Niassa por António Maria Cardoso, do Barotze por Henrique Mitchell de Paiva Couceiro e do Alto Chire pelos soldados de Serpa Pinto e Azevedo Coutinho. Mas os ingleses, entretanto, lançaram a sua rede de aliciamento não apenas entre os *macololo*, mas também entre os *chonas* a sul do rio Zambeze, e o imperador de Gaza, Gungunhana, a sul do rio Save. Tentando também armar os *matabele* de Lobengula. Por sua sugestão, chefes *macololo* hastearam a bandeira inglesa em ambas as margens do Chire.

Em 1889, uma expedição comandada pelo engenheiro Pereira Ferraz tentou estudar o acesso ao lago Niassa pelo rio Chire, mas foi mal sucedida devido à oposição dos *cololos*. Neste mesmo ano de 1889, a expedição do jovem tenente Eduardo Valadim lançada para obter a “vassalagem” do sultão *yao* Mataka III, *Che Bonomali*, foi derrotada, tendo grande parte da comitiva sido morta e feita prisioneira (Axelson, 1967, p. 255; Pélissier, 1984, Vol. 2, pp. 272-3; Maria, 1908, pp. 174-6).

Mas a expedição mais importante prevista para esta fase foi a de Serpa Pinto, que viria a dar origem ao *Ultimatum* britânico. Em Agosto, à frente de setecentos homens, Serpa Pinto chegou ao à região do Chire. Um dos objectivos da expedição era criar uma estação em Meponda para os *Padres Brancos*, missionários franceses, e assegurar o controle sobre o sudoeste do lago Niassa. Mas neste verão de 1889, Harry Johnston encontrou-se com Serpa Pinto na zona dos *macololo* e aconselhou-o a não avançar por causa de uma eventual resposta “deste povo” e, claro, dos escoceses. Entretanto, o mesmo cônsul tinha começado a assinar tratados de protectorado com chefes africanos locais, de entre eles, alguns *cololos*. Em Novembro e Dezembro, Serpa Pinto e Azevedo Coutinho lançaram um ataque contra um chefe *cololo*, que derrotaram. Portugal vibrou com a vitória alcançada. O governo britânico rugiu de indignação. Mas o ministro Barros Gomes, supondo-se suficientemente protegido pelo chanceler alemão Bismarck, acumulou silêncios e recorreu a várias manobras de dilação. Em Janeiro de 1890, João de Azevedo Coutinho tinha já ocupado Katunga, o porto fluvial de Blantyre, e tinha aberto o caminho para o Niassa. A acção militar dos portugueses contra os *cololos* tornara-se um *casus belli* para os britânicos.

A missão aparente desta última “expedição científica” (intitulada “Ressano Garcia”, em honra do respectivo mentor, o ministro da Marinha e Ultramar português) era o estudo do lançamento, no Chire, de uma via-férrea que, seguindo o curso do rio, ligasse este último ao mar (Proença & Manique, 1991, Vol. 2, p. 70). Serpa Pinto ia armado com metralhadoras, pois pretendia ocupar o sul do Niassa, além do que a zona a norte do Massinjire se encontrava outra vez à beira de uma guerra. Mlauri, uma autoridade *cololo* do Sul, cuja capital se situava em Mbewe (povoação junto ao Chire, a sul da de Katunga e a norte de Chilomo) e que se considerava o sucessor de Ramakukan no cargo de senhor supremo dos *cololos*, não se dava bem com os comerciantes europeus das terras altas. De facto, no passado mandava parar com frequência os navios da ALC que passavam por Mbewe, obrigando-os a entregar-lhe bens, e estava agora de relações cortadas com a companhia escocesa, a qual tentara apoderar-se da povoação de Katunga por meios ilícitos. Em retaliação, os *cololos* dispararam sobre um vapor da ALC, no Chire. Entretanto, no “prazo” de Massinjire avolumavam-se os sinais de uma nova revolta iminente. Por outro lado, embora o próprio Mlauri também não gostasse dos portugueses,

sabia-se que uma parte dos *macololo* pretendia sujeitar-se a Portugal (Axelson, 1967, p. 205; Pélissier, 1988, Vol. 2, p. 52)<sup>36</sup>.

A expedição de Serpa Pinto tinha como objectivo fazer o reconhecimento do território e efectuar o mapeamento do interior do continente africano, para preparar a entrada de Portugal na discussão pela ocupação dos territórios africanos que até então apenas utilizara como entrepostos comerciais ou destino de degredados.

Os britânicos tinham protestado entretanto contra a criação do distrito do Zumbo (21 de Novembro). Na resposta portuguesa foi defendida a prioridade portuguesa na descoberta do Niassa. Os britânicos não replicaram, mas lançaram vários ataques políticos contra Serpa Pinto acusando-o de ter massacrado os *macololo* na batalha do Chire, considerando tal território como seu protectorado. O Ministro inglês em Lisboa protestou formalmente contra a expedição. Acusou Serpa Pinto e pediu para que a expedição não continuasse a avançar na zona (18 de Dezembro). O ministro Barros Gomes respondeu imediatamente, dizendo que a expedição era apenas para trabalhos de engenharia e que não faria qualquer ataque, e que apenas se defenderia de actos de agressão.

Enquanto o major português aguardava instruções do governador-geral de Moçambique, Neves Ferreira, sobre como havia de proceder, surgiram, a subir o Chire, os navios do cônsul britânico Johnston, que tinha sido enviado, de urgência, ao local, vindo de Inglaterra (entrara no rio Zambeze pela foz do Chinde, em ordem a evitar as autoridades de Quelimane). Estávamos em Agosto de 1889<sup>37</sup>.

A 8 de Novembro, os *macololo*, divididos em duas hostes, que, segundo o testemunho de Serpa Pinto, “traziam hasteada a bandeira inglesa”<sup>38</sup>, atacaram o acampamento da expedição portuguesa, a qual continuava parada, à espera de mais reforços. O exército *macololo*, em número de 12 000 guerreiros (estimativas de Serpa Pinto), vinha equipado com espingardas modernas, mas foi recebido por um novo tipo de arma, ainda mais mortífera: a metralhadora. Tombaram mortos, às dezenas, e Serpa Pinto, depois de receber reforços pelo rio, começou a avançar para norte, com 3 canhoneiras e cerca de 50 outras embarcações (num total de entre 5000 a 6000 homens, segundo Serpa Pinto). Ao chegar à confluência com o Ruvo, a guarda-avançada da força expedicionária atacou Chilomo (onde, segundo Serpa Pinto, se concentravam 4000 defensores) e ocupou a povoação. Foi então que o major recebeu, por estafetas, uma mensagem vinda da costa: a notícia da morte, na metrópole, do rei Dom Luís de Portugal (falecido a 19 de Outubro), a quem sucedera o filho, Dom Carlos. Serpa Pinto, doente, cedeu então o comando da expedição ao tenente da Marinha, João de Azevedo Coutinho, entretanto nomeado “governador militar do Chire” e encarregado de continuar o avanço, com perto de 1700 homens, apoiados por uma canhoneira fluvial (Coutinho, 1941, pp. 117-120; Pélissier, 1988, vol. 2, pp. 53-54)<sup>39</sup>.

<sup>36</sup> Portugal. Negócios Externos – *Negócios da África oriental e central*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, pp. 221-225.

<sup>37</sup> A notícia da chegada da expedição de António Maria Cardoso ao Niassa alarmou sobremaneira os britânicos que, de conluio com Rhodes, enviavam de imediato Johnston para obter para a Grã-Bretanha o maior número possível de tratados com as autoridades locais (Pélissier, 1988, vol. 2, pp. 51-52). Um inglês, Daniel Rankin, afirmava ter “descoberto” a foz do Chinde, a qual, no entanto, era, havia muito, do conhecimento dos Portugueses (Axelson, 1967, pp. 202-203).

<sup>38</sup> Portugal. Negócios Externos – *Negócios da África oriental e central*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 214.

<sup>39</sup> Ver a crónica na *A Actualidade*. Porto. Ano 17, n.º 57 (1890-03-08), p. 2.

Um primeiro conflito nos Lagos entre portugueses e ingleses surgiu por causa do assassinato do chefe Chipitula dos *macololo* que tinham conquistado terras no Massingir, após o levantamento que se seguiu à tentativa de ocupação portuguesa. Do ataque dos *macololo* resultou a morte de trinta soldados e do capitão luso. Os *macololo* tomaram a direcção de Quelimane. O governador-geral de Moçambique mandou então as tropas do Zambeze para o oeste e as de Sena para o Chire, ocupando o Massingir, onde se estabeleceu o comando militar de Mupassa. O Massingir passou a ser administrado a partir de Chironge, mas o interior continuou independente e constituiu uma barreira para as expedições de António Maria Cardoso em 1888/89 e de Serpa Pinto, em 1889. Estes acontecimentos viriam a dar origem à já mencionada campanha contra os *macololo* onde muitos chefes de Massingir se tinham refugiado, e ao conflito com os ingleses que, com a publicação do *Mapa-cor-de-rosa*, elaborado pela *Sociedade de Geografia de Lisboa* em 1881, de acordo com um projecto de uma *África Meridional Portuguesa*, resultaria no *Ultimatum* com os acontecimentos no Chire no final de 1889.

A 11 de Janeiro de 1890, o ministro plenipotenciário britânico acreditado em Portugal, Mr. Petre, entregou ao governo português um lacónico texto, com estes dizeres: *O que o Governo de Sua majestade deseja e em que insiste é o seguinte. Que se enviem ao Governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas, para que todas e quaisquer forças militares portuguesas, actualmente no Chire e nos países dos Macololos e Machonas, se retirem. O Governo de Sua Majestade entende que, sem isso, as seguranças dadas pelo Governo Português são illusórias. Mr Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa com todos os membros da sua delegação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua majestade Enchantress está em Vigo esperando as suas ordens.* *Legação Britânica*, 11 de Janeiro de 1890. Era o *Ultimatum* (*Apud*, Teixeira, 1987, p. 694).

Após uma série de negociações, foi assinado um tratado em Junho de 1891 que consagrava a supremacia britânica sobre o Niassalândia. Johnston foi nomeado para este território o primeiro Alto-Comissário de Sua Majestade. A fronteira do protectorado com a África Oriental Alemã, a norte do Lago, foi definida por um acordo anglo-germânico de 1890. A oeste, a fronteira foi negociada com a *British South Africa Company*.

Os portugueses organizaram ainda a expedição «Mariano de Carvalho» para as terras do Médio, no distrito de Cabo Delgado, que foi confiada ao engenheiro José Tavares Morais de Cunha Cabral, o qual registou o termo de vassalagem do chefe Muguia Munquida (*Boletim Oficial*, n.º 4, 1891).

Nesse ano de 1890, Johnston acabou por submeter os *angoni* e os *cheuas*. Em 1895, Mlozi, a norte, sucumbiu ao ataque britânico, e outros chefes ainda independentes submeteram-se sem luta, como o *jumbe* escravagista de Nkota-kota, Salim bin Abdalah. A 6 de Julho de 1907, a Grã-Bretanha estabeleceu sobre o território do actual Malawi o protectorado do Niassalândia.

Finalmente, em 1908, o major J. Stevenson Hamilton (1909, p. 528) percorreu o Niassa entre Julho e Agosto e esteve na região de Muembe, tendo ali contactado com o chefe Mataka (*Ibidem*). Que seria mais tarde vencido pelos portugueses.

## Referências bibliográficas

- ABDALLAH, Y. B. [1919], 1973 e 1983 – *The Yaos*, a tradução inglesa editada por M. Sanderson em Zomba, 1919 e reimpressa em Londres, em 1973, com um prefácio de Edward Alpers, e a tradução portuguesa do inglês, com bibliografia e notas de Teresa Oliveira, Maputo, AHM, 1983.
- ACTUALIDADE (A), Porto, Ano 17, n.º 57 (1890-03-08), p. 2.
- AHM / ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE (1889) – Governo de Cabo Delgado, Cx.8-36-M2 (17), Doc.1, Missão Civilizadora do Lago Niassa, povoação do Guirassia na Serra Divigir (sic!), 11 de Junho de 1889.
- AHM / ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. Governo de Cabo Delgado, Cx.8-36-M2 (11) Doc.13 e Augusto Cardoso ao chefe da expedição, 18.12.1885, n.º extra, Termo incluso de 16 de Dezembro de 1885 e Termo de 20 de Janeiro de 1886.
- ALBERTO, Manuel Simões (1947) – *Os negros de Moçambique. Censo etnográfico*. Lourenço Marques, 1947, 2.ª versão, Manuscrito, AHM.
- ALBERTO, Manuel Simões (1968) – *Os angonis – elementos para uma monografia. MEMÓRIAS DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE* (Lourenço Marques), 9, série C, 1967/68, pp. 47-93; p. 68.
- ALPERS, Edward (1969) – Trade, state and society among the yao in the nineteenth century, in: *JOURNAL OF AFRICAN HISTORY*, X, n.º 3, 1969, pp. 405-420.
- AMARAL, Manuel Gama (1990) – *O povo yao. Subsídios para o estudo de um povo do noroeste de Moçambique*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- ANNAES DO CONSELHO ULTRAMARINO, Parte não oficial (1856-1858), Uma viagem de Angola em direcção à contra-costa Lisboa, 1.ª Série, 1856-1858, pp. 273-292, 297-300, 304-308, 314-316 e 465-470 (diário da viagem de Silva Porto e dos seus pombeiros, publicado por Sá da Bandeira).
- ANUÁRIO DE MOÇAMBIQUE (Lourenço Marques), 1917.
- AXELSON, E. (1967) – *Portugal and the scramble for Africa*. Johannesburg, Witwatersrand University Press.
- BLOOD, A.G. (1937) – *The History Of Universities' Mission To Central Africa, 1907-1932*. Londres, [S/n], 2 vols.
- BÉGUIN, Eugène (1903) – *Les ma-Rotzé*. Lausanne, Benda e Fontaines.
- BEYERS, C. J. (Ed.), 1987 – *Dictionary of South African biography*. Pretoria, Human Sciences Research Council, vol. 5, pp. 701-702.
- BOLETIM OFICIAL, n.º 4, 1891; números 13, 18, 19, 27, 41, 42 e 47 de 1889.
- BRUNSCHWIG, Henri (1972) – *A partilha de África*. Lisboa, Dom Quixote. [Tradução de: *Le Partage de l'Afrique*]
- CÂMARA, P. F. O. Perry da (1886) – *Distrito de Cabo Delgado*. Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 49 pp. (Separata do *BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA*, 6.ª Série, n.º 2, (1886).

- CÂMARA, P. F. O. Perry da (1893) – Descrição dos territórios do distrito de Cabo Delgado que fazem parte da concessão feita á companhia do Nyassa. – Lisboa, [S/n], 32 p. + 1 mapa.
- CAPELA, José e MEDEIROS, Eduardo (1986) – *O Tráfico De Escravos De Moçambique Para As Ilhas Do Índico, 1870/1902*. Maputo, Núcleo Editorial da UEM.
- CAPELA, José (1988) – O tráfico da escravatura nas costas de Moçambique, in: *ARQUIVO - Boletim semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*, 3, Abril de 1988, pp. 5-11.
- CAPELA, José (2010) – *Moçambique pela sua história*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- CARDOSO, Augusto [1886] (1927) – Conferência de 11 de Dezembro de 1886, lida em sessão solene da Sociedade de Geografia de Lisboa, in: *RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES* (Anexo ao B.O.), Lourenço Marques, IM.
- CHILUNDO, Arlindo (1988) – Quando começou o comércio das oleaginosas em Moçambique? Levantamento estatístico da produção e exportação no período entre 1850 e 1875, in: *CADERNOS DE HISTÓRIA*, n.º 7, Nov.º, pp. 107-123.
- CLARENCE-SMITH, Gervaise (1985) – *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema.
- COSTA, Mário Augusto da (1967) – *O explorador Augusto Cardoso - o Homem, a História. (Niassa, 1885). Separata do BOLETIM DA SOCIEDADE DE ESTUDOS DE MOÇAMBIQUE*, Jan./Março, 1967.
- COUTINHO, João de Azevedo (1941) – *Memórias de um velho marinheiro e soldado de África*. Lisboa, Bertrand.
- ELTON, J.F. (1879) – *Travels And Researches Among The Lakes And Moutains Of Eastern And Central Africa*. Londres, H.B. Cotterill (Ed.) 1879 (AHM 127).
- ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA* 11th ed., «Africa», vol. 1.
- FOSKETT R. (ed.) (1965) – *The Zambezi Journal And Letters Of Dr. John Kirk, 1858-63*. Edinburgh, Oliver & Boyd.
- HAMILTON, James Stevenson (1909) – Notes on a Journey through Portuguese East África, from Ibo to Lake Nyassa, in: *THE GEOGRAPHICAL JOURNAL*, XXXIV, Nov. 1909, pp. 514-528.
- IVALA, Adelino Zacarias (1993) – *Transformações socio-políticas no Alto Lúrio – O caso do regulado de Umpuhua, c. 1850-1933: Contribuição para a pesquisa da história local*. Maputo, Instituto Superior Pedagógico. Trabalho de Diploma para a obtenção do grau académico de Licenciatura em ensino de História e Geografia (Tutor, Prof. Eduardo Medeiros).
- JOHNSON, W. Percival (1884) – Seven Years Travels in the Region East of Lake Nyasa, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*, Londres, 6, 1884, pp. 512-533.
- JOHNSON, W. Percival (1922) – *Nyasa, The Great Water*. London, Humphrey Milford, Oxford. University Press.
- JOHNSON, W. Percival (1924) – *My African Reminiscences, 1875-1895*. Londres, Universities' Mission to Central Africa.
- KIRK, John (1877) – A visit to the Munego district, near Cabo Delgado, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*, Londres, 21, 1877, pp. 588-589.
- KI-ZERBO, Joseph (1990, 1991) – *História da África negra* (Vol. I, Vol. II). Mem Martins, Europa América (Reimpressão) [Tradução de: *Histoire de l'Afrique Noire*].
- LINDEN, Ian (1972) – The maseko ngoni at Domwe, 1870-1900, in: PACHAI, Brigldal (ed.), *The early history of Malawi*. Londres, Longman, 1972, pp. 237-251.
- LIESEGANG, Gerhard (1984) – Guerras, terras e tipos de povoações: sobre uma “tradição urbanística” do norte de Moçambique no século XIX, in: *REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS*, n.º 1, 1984, pp. 169-184.
- LIESEGANG, Gerhard (1986) – The first look at the import and export trade of Mozambique, 1800-1914, in: Gerhard LIESEGANG, H. PACHAI, A. JONES (eds), *Figuring african trade: proceedings of the symposium on the quantificaion and structure of the import and export and long distance trade of Africa in tha 19th century (c. 1800-1913)*. Berlim, Dietrich Verlag, 1986, pp. 452-523.
- LIESEGANG, Liesegang (1991) – *Produção e trabalho do ferro na província do Niassa*. Texto apresentado no Seminário sobre as “Rotas do ferro em África”, Maputo, Moçambique, 10 a 13 de Dezembro de 1991, 4 pp. dactilografadas.
- LIESEGANG, Gerhard (1992) – Achegas para o estudo das biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da História de Moçambique: Lawrence Chisui, S. Nthara, E.Mwale, J.Mazula, P.Litumbe e a historiografia Marave com um apêndice: “A História dos Anianja”, de Paulo João Litumbe, in: *ARQUIVO* (Maputo), n.º 11, Abril de 1992, pp. 37-65.
- LIESEGANG, Gerhard (1993) – *História do Niassa, ca.1600-1920*. Maputo, AHM (Inédito).
- LIVINGSTONE, Charles & David (1868) – *Narrative Of An Expedition To The Zambezi And Its Tributaries And Of The Discovery Of Lakes Shirwa And Nyasa*; New York, 1868.
- LIVINGSTONE, David et Charles [1859] (1981) – *Explorations Dans L'Afrique Australe Et Dans Le Bassin Du Zambeze(1840-1864)*. Paris, Editions Kartthala, 1981.
- LOBATO, Alexandre (1966) – *Augusto Cardoso e o lago Niassa*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 38 pp. + Documentos.
- LUCAS, Maria Manuela (1994) – Organização do Império, in: José MATTOSO (Dir), *História de Portugal*. Lisboa, Estampa, D.L. 1993-1994, Vol. 5: O Liberalismo.
- MACDONALD, Duff (1882) – *Africana: Or the Heart Of Heathen Africa*. Londres, Spinkin Marshall, 1882, 2 Vols. (Vol. 1, Native Customs and Beliefs, 22 plates).
- MAPLES, Chauncy (1880) – Massai and the Rovuma District in East Africa, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*. Londres, 2 (6), 1880, pp. 237-353.
- MAPLES, Chauncy (1882) – Makua and between the rivers Rovuma and Luli, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*, Londres, 4 (2), 1882, pp. 79-90.

- MAPLES, Chauncy (1885) – On the results of the exploration of the Country lying between Lake Nyasa and the Indian Ocean, from to Yean 1880-1884, in: *JOURNAL OF THE MANCHESTER GEOGRAPHICAL SOCIETY*. Vol. 1. 1885, pp. 69-85.
- MAPLES, Chauncy (1899) – Journey to the Meto Country in 1881, in: *Journals and papers of Chauncy Maples*. Lonfres, 1899.
- MARIA, José (1908) – Morte do Tenente Valadim e do aspirante Thomaz de Almeida, in: *BOLETIM OFFICIAL* (Relatórios e Informações anexos). Lourenço Marques, 1908, pp. 174-6.
- MARTINS, Luísa Fernanda Guerreiro (2000) – Os Maraves, Muízas e Cazembes da Lunda segundo as fontes dos viajantes Francisco José de Lacerda e Almeida (1797), António Cândido Pedroso Gamito (1832) e suas equipas em território da África Oriental», in: *INUAF STUDIA*, Ano I, n.º 2 (Loulé), pp. 185-225.
- MATOS, Maria Leonor Correia de (1965) – *Notas sobre o direito de propriedade da terra dos povos Angoni, Acheua e Ajaua da Província de Moçambique*. Lourenço Marques, *MEMÓRIAS DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE*, Série C. Vol. 7, Lourenço Marques.
- MAZULA, Assahel Jonassane (1962) – *História dos Nianjas*. Lourenço Marques, 1962. Separata de *PORTUGAL EM ÁFRICA*.
- MEDEIROS, Eduardo (1981) – *Notas de campo sobre o Caronga e o Namacoma*. Maputo, UEM. Inédito, depositado no Arquivo Histórico de Moçambique, T.O. 297.
- MEDEIROS, Eduardo (1988) – *As Etapas Da Escravatura No Norte de Moçambique*. Maputo, AHM (Estudos, 4).
- MEDEIROS, Eduardo (1991) – Mining and Ironwork in the Ancient Africultural Communities of Mozambique. Maputo, “Rotas do Ferro em África”, 14 pp.
- MEDEIROS, Eduardo (2000) – Reestruturação do poder político Makhuwa-Mmetthu sob o domínio da Companhia do Nyassa, 1894-1929, in: Santos, Maria Emília (Dir.) *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885-c. 1930)*. Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000: 311-329 [Actas da III.ª Reunião Internacional de História de África].
- MENDES, Manuel (1969) – Expedição Científica ‘Pinheiro Chagas’, in: *GEOGRAPHICA*, Lisboa, ano V, n.º 19, Julho de 1969, pp. 33-51, mapas (bibl. da Fac. de Letras, PP25).
- MONDLANE, Eduardo (1977) – *Lutar por Moçambique*. Lisboa, Sá da Costa, (3.ª edição).
- MORSHEAD, A.E.M. Anderson (1909) – *The History Of Universities’ Mission To Central Africa, 1859-1909*. Londres, [S/n].
- NEWITT, Malyn (1982) – The early history of the maravi, in: *JOURNAL OF AFRICAN HISTORY*, vol. 23, n.º 2, 1982, pp. 145-162.
- NEWITT, Malyn (1997) – *História de Moçambique*. Mem Martins, Publicações Europa-América, (Col. Biblioteca da História) [Tradução de: *History of Mozambique*].
- NURSE, G. T. (1973) – Ndwandwe and the ngoni, in: *SOCIETY OF MALAWI JOURNAL*, 26, 1, pp. 7-14.
- O’NEILL, Henry Eugene (1884) – Journey from Mozambique to lakes Shirwa and Amaramba, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*. Londres, 6, 11, 1884, pp. 719, 725-6.
- O’NEILL, Henry E. (1883) – East Africa between the Zambezi and Rovuma River, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*. Londres, Abril 1882 e Julho 1883.
- O’NEILL, Henry E. (1882) – Observações acerca da Costa e interior da Província de Moçambique. In: *BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA*, 3.ª série (4) 1882, pp. 196-208 e (5), 1882, pp. 259-270.
- O’NEILL, Henry E. (1882) – On the Coast lands and some rivers and ports of Mozambique, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*. Londres, 4 1882, pp. 595-605.
- O’NEILL, Henry E. (1882) – A three months journey in the Makua and Lomwe countries, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*, Londres, 4 (4), 1882, pp. 193-213.
- O’NEILL, Henry E. (1884) – Journey from Mozambique to Lakes Shirwa and Amaramba, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*. Londres, 6 (11 e 12), 1884, pp. 632-656 e 713-741.
- O’NEILL, Henry E. (1893) – Journey in the District of Cape Delgado Bay, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*, Londres, Vol. V, 1893.
- PACHAI, B. (1972) – Ngoni politics and diplomacy in Malawi, 1848-1904, in: *The early history of Malawi*. Londres, Longman, pp. 179-214.
- PEIRONE, Frederico José (1967) – *A tribo Ajaua do alto Niassa (Moçambique) e alguns aspectos da sua problemática neo-islâmica* Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar (Religiões e Missões. 1).
- PÉLISSIER, René (1984) – *Naissance du Mozambique*. Orgeval, 1984, 2 Vols.
- PÉLISSIER, René [1984] (1987) – *História de Moçambique – Formação e oposição, 1854-1918*. Lisboa, Editorial Estampa, vol. 1. Imprensa Universitária n.º 61. Tradução de Manuel Ruas.
- PÉLISSIER, René [1984] (1988) – *História de Moçambique – Formação e oposição, 1854-1918*. Lisboa, Editorial Estampa, vol. 2. Imprensa Universitária n.º 62. Tradução de Manuel Ruas.
- PHIRI, Kings M. (1984) – Yao Intrusion Into Southern Malawi, Nyanja Resistance and Colonial Conquest, 1830-1900, in: *TRANSFRICAN JOURNAL OF HISTORY*, Volume 13, 1984, pp. 157-176.
- PHIRI, Kings M. (1984) – Political change among the chewa and yao of the Lake Malawi region, c.1750-1900, in: A.I. Salim (Ed.), *State formation in Eastern Africa*. Nairobi & London: Heinemann, 1984.
- PHIRI, K.M. (1988) – Pre-colonial states of central Malawi: towards a reconstruction of their history, in: *SOCIETY OF MALAWI JOURNAL*. Volume 41, 1, pp. 1-29.
- PINHAL, Euclides Mendes (1971) – Aspectos da divisão e ocupação administrativa em Moçambique a norte do Zambeze, 1885-1910. Lisboa, ISCSPU.

- PORTUGAL. Negócios Externos (1890) – *Negócios da África oriental e central*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- PROENÇA, Maria Cândida, e MANIQUE, António Pedro (1990) – Da reconciliação à queda da monarquia, in: António REIS (dir.), *Portugal contemporâneo*, Vol. 2, pp. 13-100.
- RANGELEY, W.H.J. (1966) – The angoni, in: *SOCIETY OF MALAWI JOURNAL*, 19, 2, pp. 62-86.
- READ, Margaret (1956) – *The ngoni of Nyasaland*. Oxford, Oxford University Press.
- REIS, Jayme Batalha (1889), *Os portugueses na região do Nyassa*. Lisboa, Imprensa Nacional. [Os Portugueses na região do Niassa, in: *Memória e documentos sobre os portugueses no território de Machona e Niassa*].
- REIS, Luís Filipe Moreira Alves do Carmo (2006) – *Visões de Império nas vésperas do “Ultimato”: um estudo de caso sobre o imperialismo português (1889)*. Porto, UP/FLUP, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos.
- RITA-FERREIRA, António (1966) – *Os cheuas da Macanga*. Lourenço Marques, MEMÓRIAS DO INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE, 8, série C (Ciências Humanas), p. 332.
- RITA-FERREIRA, António (1975) – *Povos de Moçambique*. História e Cultura. Porto, Afrontamento.
- RITA-FERREIRA, António (1982) – *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, N.º 142 (1982), pp. 19-331.
- ROMERO, Jeronymo (1856) – *Memória acerca do distrito de Cabo Delgado*. Lisboa, Imprensa Nacional, p. 40.
- ROMERO, Jeronymo (1860) – *Suplemento à memória descritiva e estatística do distrito de Cabo Delgado com uma notícia acerca do estabelecimento da Colónia de Pemba*. Lisboa, Typographia Universal.
- ROWLEY, Henry (1866) – *The History Of Universities’ Mission To Central Africa*. Londres, [S/n].
- SANTOS, Maria Emília Madeira (1978) – *Viagens e exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa, JICU.
- SANTOS, Maria Emília Madeira (1982) – Silva Porto e os problemas da África portuguesa no século XIX, in: *BOLETIM DA BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA*, Vol. 37.
- SANTOS, Nuno Valdez dos (1964) – *O Desconhecido Niassa*. Lisboa, JICU.
- SMYTHIES, C. Alen (1887) – *A Journey To Lake Nyasa And Visit To Magwan-Gwara And The Source Of Rovuma In The Year 1886*. Kiungani, Zanzibar, (1887 ?) e Londres 1887.
- STUART, Richard G. (1985) – Os nyanja, o U.M.C.A. e a Companhia do Niassa, 1880-1930, in: *REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS*, n.º 3, 1985, pp. 9-44.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (1987) – Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês, in: *ANÁLISE SOCIAL*, Vol. XXIII (98), pp. 687-719.
- TEW, Mary (1950) – *Peoples of the Lake Nyassa Region*. Londres, International African Institute by the Oxford University Press.
- THOMSON, Joseph (1982) – Notes on the basin of the river Rovuma, East Africa, in: *PROCEEDINGS OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY*, Londres, 4 (2), 1882, pp. 65-79.
- VILHENA, Ernesto Jardim de (1905) – *Companhia do Niassa - Relatórios e memórias sobre os territórios da Companhia do Niassa*. Lisboa, “A Editora”.
- VILHENA, Ernesto (1905) – *Relatórios e memórias sobre os territórios da Companhia Do Niassa*. Lisboa, “A Editora”.
- WEGHER, Pe. Luís (1995) – *Um olhar sobre o Niassa. Traços Históricos e Etnológicos (1.º Volume)*, Maputo, Paulinas.



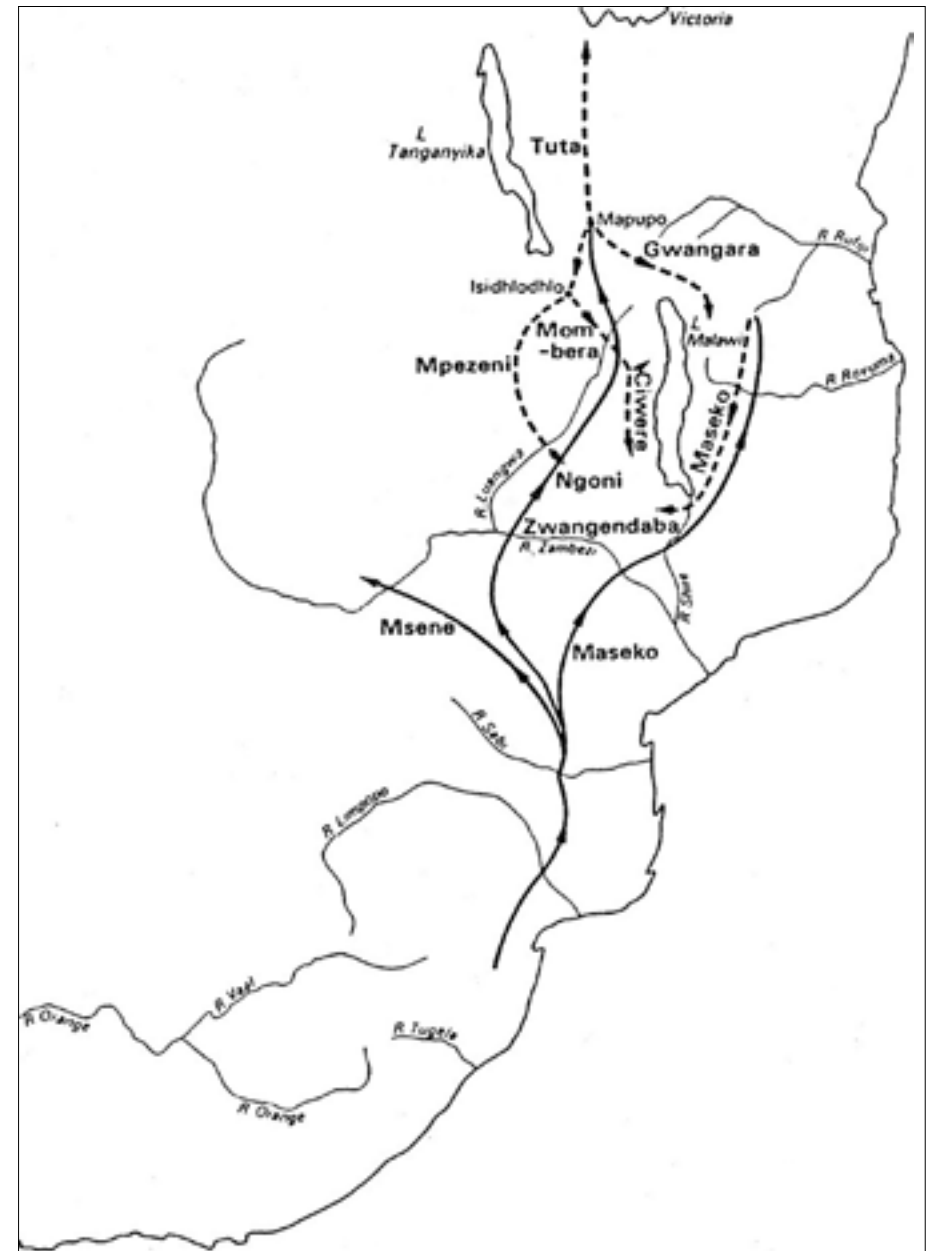


**Rotas escravagistas do lago Niassa para os portos do oceano Índico ocidental na época das explorações de W.P. Johnson, 1876-1883**



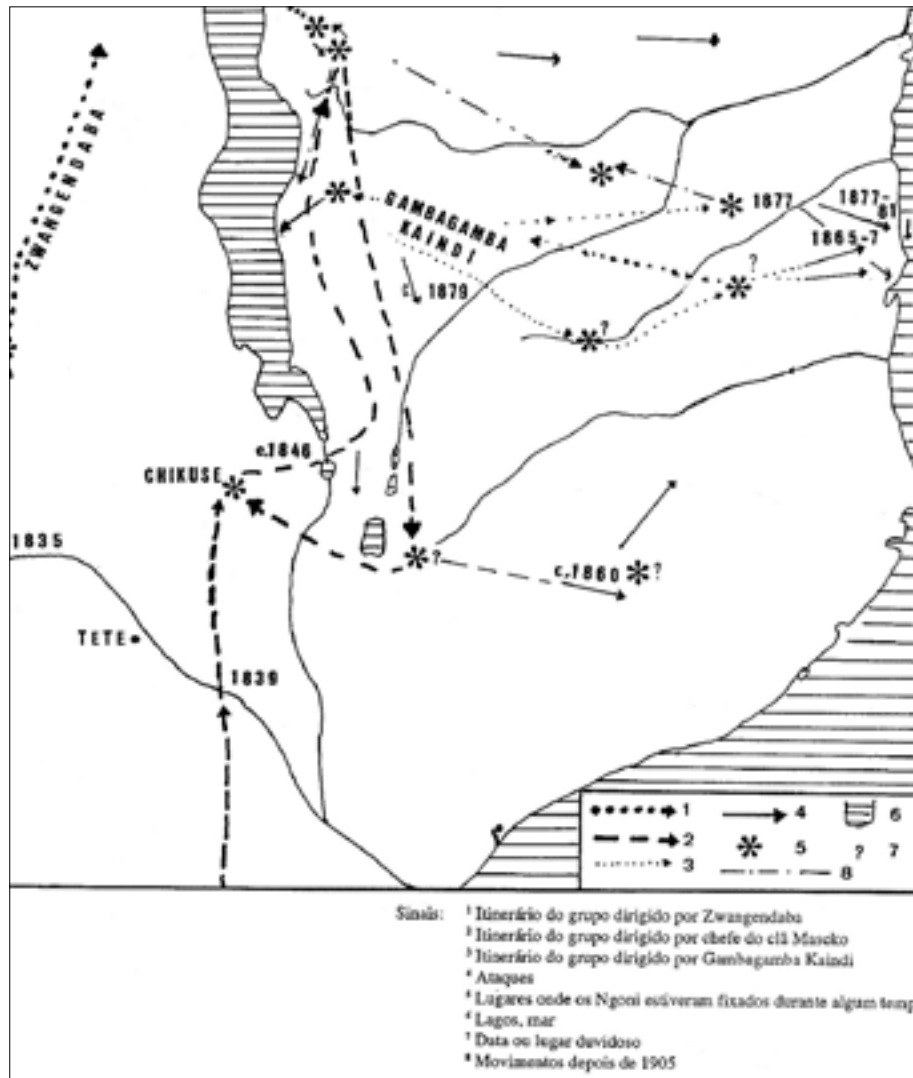
Fonte: LIESEGANG, 1993.

**Migrações *angoni* para o norte de Moçambique na época do *mfecane***



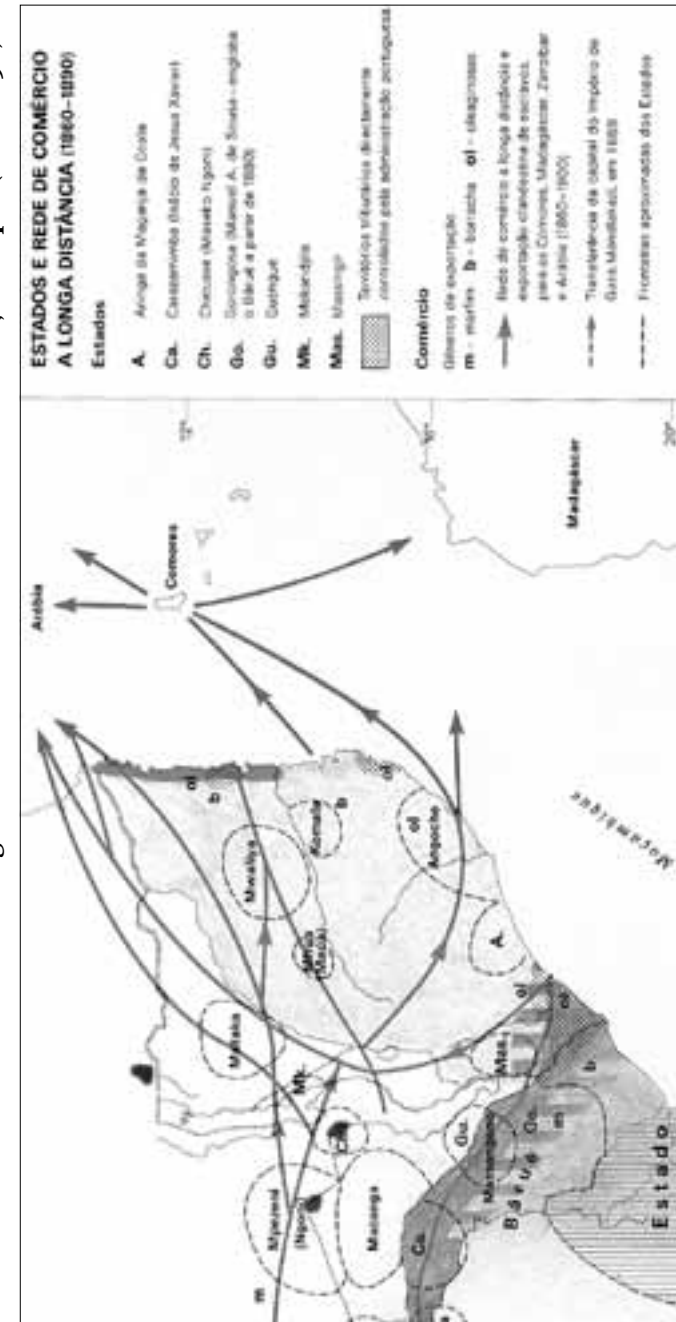
Fonte: DH/UEM, *História de Moçambique* (Vol. I). Maputo, UEM, 1982, p. 110.

### Migrações e ataques dos *angoni* no norte de Moçambique



Fonte: LIESEGANG, 1993.

### Estados e rede de comércio a longa distância no centro e no norte de Moçambique (1860-1890)



Fonte: República Popular de Moçambique/Ministério da Educação, Atlas Geográfico (Vol. 1, 2.ª Edição revista e actualizada). Maputo, MINED e Esselte Map Service AB, Estocolmo, Suécia, 1986.